



ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA IMPLANTAÇÃO DE INFRAESTRUTURA, FORNECIMENTO, INSTALAÇÃO, TREINAMENTO E SUPORTE TÉCNICO DE SISTEMAS DE SEGURANÇA ELETRÔNICA POR CIRCUITO FECHADO DE TELEVISÃO (CFTV), SISTEMA DE ALARMES E CONTROLE DE ACESSO A AMBIENTES DISTINTOS LOCALIZADOS NO FÓRUM CLÓVIS BEVILÁQUA, SENDO : 1) DEPOSITO DE PROVAS BÉLICAS (DEPROB); E 2) SALA DE MONITORAMENTO, CELEBRADO ENTRE O TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ E A EMPRESA M & N COMÉRCIO E SERVIÇOS DE INFORMÁTICA LTDA-ME (PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 8519419-43.2015.8.06.0000)

CT N.º 17/2017

O **TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ**, com sede na Av. General Afonso Albuquerque Lima, s/n, Bairro Cambé, Fortaleza-CE, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 09.444.530/0001-01, doravante denominado simplesmente de TJCE ou CONTRATANTE, neste ato representado por seu Presidente, Des. Francisco Gladysson Pontes, por seu Superintendente da Área Administrativa, Dr. Luis Eduardo de Menezes Lima, por seu Secretário de Administração e Infraestrutura, Dr. Moisés Antônio Fernandes Monte Costa, e por seu Secretário de Finanças, Dr. José Joaquim Neto Cisne, e a empresa **M & N COMÉRCIO E SERVIÇOS DE INFORMÁTICA LTDA-ME**, com endereço na Rua Guilherme Moreira, nº 520, Bairro de Fátima, em Fortaleza/CE, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 01.793.146/0001-02, neste ato representada pela sua sócia administradora, Sra. Maria Tereza Mesquita Melo, portadora da cédula de identidade nº 2390201-92-SSP-CE e inscrita no CPF/MF nº 780.045.191-72, daqui por diante simplesmente denominada **CONTRATADA**, pactuam o presente Contrato, que se regerá pelas Leis nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e suas alterações posteriores.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

1.1.A presente contratação obedecerá ao estipulado neste instrumento de Contrato, bem como às disposições constantes dos documentos adiante enumerados, que integram o Processo Administrativo nº 8516891-02.2016.8.06.0000, e que, independentemente de transcrição, fazem parte integrante e complementar deste



ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

contrato:

1.1.1. Edital da Licitação PREGÃO ELETRÔNICO nº 32/2016, e em especial o Anexo I – Termo de Referência, incluindo todos os desenhos e demais elementos pertinentes.

1.1.2. Documentos de habilitação e de proposta de preço apresentados pela Contratada no Pregão Eletrônico nº 32/2016, em 16 de fevereiro de 2017, todos assinados ou rubricados pela Contratante.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

2.1. O Objeto deste Instrumento consiste na contratação de empresa especializada para a Implantação de infraestrutura, fornecimento, instalação, treinamento e suporte técnico de sistemas de segurança eletrônica por circuito fechado de televisão (CFTV), sistema de alarmes e controle de acesso a ambientes distintos localizados no Fórum Clóvis Beviláqua, Sendo : 1) Depósito de Provas Bélicas (DEPROB); e 2) Sala de Monitoramento, conforme especificações técnicas contidas no Termo de Referência e demais anexos, partes integrantes e inseparáveis do Edital, conforme especificações técnicas e demais condições expressas neste Contrato, bem como nas informações contidas no Edital da Pregão Eletrônico n.º 32/2016, e seus anexos, todos partes integrantes deste Instrumento.

2.2. A prestação dos serviços obedecerá ao estipulado neste Contrato, bem como às disposições assumidas na proposta firmada pela CONTRATADA, dirigida ao CONTRATANTE, independentemente da transcrição, a qual faz parte integrante e complementar deste Contrato, no que não o contrarie.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA E DO PRAZO DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

3.1 O prazo de vigência do contrato será de 90 (noventa) dias consecutivos contados a partir da expedição de ordem de serviço (OS), sendo 60 (sessenta) dias consecutivos para execução dos serviços objeto deste Contrato e recebimento provisório e 30 (trinta) dias consecutivos para expedição do Termo de Aceite e Recebimento Definitivo dos serviços, devendo ser rigorosamente respeitado.

3.2 O “termo inicial”, para contagem do prazo e início dos serviços, contar-se-á a partir da data definida na(s) “Ordem de Serviço”, expedida(s) pelo CONTRATANTE, através do Gestor do Contrato. A Ordem de serviço indicará, além do endereço de entrega, a descrição do produto, quantidade e marca oferecida de acordo com a proposta de preços contratada, bem como quaisquer outras informações operacionais que se façam necessárias para a entrega dos produtos nos prazos estipulados.

3.3 A Ordem de serviço será enviada para o e-mail indicado pelo fornecedor, com cópia ao Departamento de Material e Patrimônio do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará.

3.4 A empresa fornecedora, ao receber a Ordem de serviço, deverá devolvê-la, devidamente assinada por seu representante legal, sem qualquer ônus para o TJCE, em até 3 (três) dias úteis, a fim de que possa ser:



ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

instruído processo administrativo para a emissão da Nota de Empenho, documento hábil que obrigará o fornecedor a entregar o produto ao Tribunal de Justiça do Estado do Ceará.

a) A não devolução ou devolução fora do prazo da Ordem de serviço, por parte do fornecedor, poderá ser caracterizado como retardamento na execução do objeto da contratação, com consequente sanção administrativa.

b) Para a emissão da Nota de Empenho, o fornecedor deverá possuir registro atualizado no Cadastro de Fornecedores do Estado do Ceará, já que todo o procedimento de despesa pública no âmbito desta Corte de Justiça é realizado através do Sistema de Gestão Governamental por Resultados, do Governo do Estado do Ceará, que só pode ser processado com os dados do fornecedor catalogados no sistema.

3.5 Na contagem dos prazos, o dia do começo é excluído e incluído o dia do vencimento.

3.6 Fica desde já acordado que, caso haja necessidade, devem ser instituídos pela CONTRATADA turnos adicionais de trabalho, inclusive noturnos, de forma a cumprir o estabelecido no cronograma, sem qualquer custo adicional para o CONTRATANTE, inclusive em relação aos custos necessários para iluminação e/ou implantação de condições adicionais de segurança.

3.7 Ficam ressalvadas e dispensadas das aplicações das sanções previstas na Cláusula Décima Nona as hipóteses de caso fortuito e força maior, previstas em lei, ou situações de atraso decorrentes de ações diretas ou indiretas do próprio CONTRATANTE ou de terceiros, alheios à responsabilidade da CONTRATADA.

3.8 O prazo de execução dos serviços apenas poderá ser prorrogado em caso de motivo justo, a critério do CONTRATANTE, desde que a prorrogação seja solicitada por escrito, pela CONTRATADA antes do final do prazo de execução.

a) A critério do Gestor do contrato em conjunto com a Comissão de Segurança Permanente do TJCE e mediante justificativa fundamentada por parte da empresa contratada, poderá ser concedida prorrogação de prazo para entrega do material. Não serão aceitas como justificativas para atrasos ou discontinuidades dos fornecimentos, problemas relacionados com a estrutura física e administrativa do fornecedor, como: problemas com veículos, falta de produtos no estoque, problemas com fabricantes, alteração de preços no mercado, etc, salvo se estes forem decorrentes de casos fortuitos ou de força maior, devidamente justificados, cabendo à Comissão de Segurança Permanente decidir.

b) A eventual prorrogação do prazo somente será admitida nas condições estabelecidas no parágrafo 1º, incisos I a VI do art. 57 da Lei Nº 8.666/93.

c) O pedido de prorrogação deverá vir acompanhado de novo Cronograma Físico-Financeiro, relação dos dias, justificativa da impossibilidade de execução dos serviços e comprovação dos motivos que o fundamentem.



ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

3.9 A expedição da Ordem de Serviço somente se efetivará após a publicação do extrato do contrato no Diário Justiça e a entrega da “Garantia Contratual”, conforme Cláusula Sétima.

CLÁUSULA QUARTA – DO VALOR DO CONTRATO

4.1. A Contratante pagará à Contratada, pela execução dos serviços objeto deste Contrato o preço total de R\$ 169.500,00 (Cento e sessenta e nove mil e quinhentos reais) que incluirá todas as despesas necessárias à sua perfeita conclusão.

4.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, bem como taxas de licenciamento, administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

4.3. O valor consignado neste Termo de Contrato é fixo e irreajustável, porém poderá ser corrigido anualmente mediante requerimento da contratada, observado o interregno mínimo de um ano, contado a partir da data limite para a apresentação da proposta, pela variação do Índice Nacional de Custo da Construção – INCC, coluna 35 ou outro que vier a substituí-lo, conforme Cláusula Oitava.

4.4. A contratada fica ciente de que o valor contratado contempla os efeitos da desoneração da folha de pagamento decorrente da aplicação das Leis nºs 12.546/2011 e 12.844/2013 e da decisão do Acórdão nº 2859/2013 – TCU – Plenário. Da mesma forma, está ciente de que ocorrendo o inverso, durante a vigência do Contrato, não poderá, a qualquer tempo, pleitear reequilíbrio contratual baseado em tal argumento.

CLÁUSULA QUINTA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

5.1. Os recursos financeiros para custear a presente contratação correrão por conta do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará – TJCE, tendo como Fonte de Recursos as seguintes dotações orçamentárias:

04200033.02.091.500.31096.1500000.44905200.27000.1.20

04200033.02.091.500.31096.1500000.44903900.27000.1.20

CLÁUSULA SEXTA – DOS CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DO PAGAMENTO

6.1. As medições serão efetivadas mensalmente pela fiscalização, a partir da data prevista para o início dos serviços e mediante conclusão e aprovação dos serviços conforme cronograma.

(Assinaturas manuscritas)



ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

6.2. Somente será medido o serviço executado na Sala do DEPROB onde os equipamentos estejam em pleno funcionamento, comprovado pela fiscalização por meio de vistoria.

6.3. Concluída cada etapa constante do Cronograma Físico-Financeiro, a FISCALIZAÇÃO terá 5 (cinco) dias úteis, após formalmente comunicada pela CONTRATADA, para a conferência da medição, compatibilizando-a com os dados da planilha das obras/serviços e preços constantes de sua proposta, bem como da documentação hábil de cobrança.

6.4. O critério de medição a ser utilizado será totalmente baseado em serviços reais, ou seja, nos quantitativos dos serviços efetivamente executadas e materiais efetivamente aplicados, não sendo levados em consideração descontos, acréscimos, perdas e outros elementos similares que deverão ser considerados na composição de custos dos serviços.

6.5. Somente será medido o serviço executado conforme o previsto no cronograma, observados os respectivos projetos, especificações e preços das planilhas e o disposto nos itens seguintes.

6.5.1. Não serão medidos serviços executados em desacordo com os projetos e as especificações que integram este Contrato.

6.5.2. Não será medido o fornecimento de material em separado da execução do respectivo serviço de instalação.

6.5.3. Os preços unitários servirão para permitir medições de eventuais acréscimos ou deduções de serviços decorrentes de modificações nos projetos ou nas especificações, autorizadas pelo CONTRATANTE.

6.6. Só serão medidos e autorizados os pagamentos dos itens comprovadamente executados ou instalados na obra através de vistoria do CONTRATANTE.

6.7. A discriminação e quantificação dos serviços e obras considerados na medição deverão respeitar rigorosamente as planilhas de orçamento apresentadas pela empresa vencedora do certame e integrante do respectivo contrato, inclusive critérios de medição e pagamento.

6.8. Para a avaliação acerca da execução satisfatória dos serviços, quando do término na instalação no local e com os equipamentos em pleno funcionamento, será realizada uma vistoria conjunta entre o representante da empresa vencedora e a fiscalização a fim de medir os materiais efetivamente gastos e para sanar possíveis



ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

pendências.

6.9. Os pagamentos serão efetuados de acordo com os quantitativos efetivamente medidos, observados os respectivos projetos, especificações e preços das planilhas.

6.10. Os valores referentes às obras/serviços que forem rejeitados, relativos a uma medição, serão retidos e só serão pagos após a CONTRATADA refazê-los.

6.11. Quebras, desperdícios, aquisição ou aluguel de equipamentos para execução de serviços, aquisições de miudezas, preparos diversos, cortes, embutimentos, recomposições, testes, estudos de solo, tecnologias de execução e outros elementos auxiliares previstos nas especificações, lixamentos, andaimes, cantoneiras, sistema de transporte, horários especiais de trabalho, critérios de descontos de vãos e outros itens similares são considerados como elementos constituintes da composição de custos a serem propostos pelas CONCORRENTES.

6.12. A medição e o pagamento destes serviços à CONTRATADA somente será admitida após ser efetuada a vistoria e depois de sanadas todas as pendências encontradas.

6.13. Ao final do serviço, todos os sistemas de segurança, de alarme e controle de acesso deverão estar em perfeito funcionamento, testados e ativos. Todos os pontos de acabamento afetados serão recompostos de acordo com as características existentes.

6.14. Somente serão pagos os materiais e mão de obra efetivamente utilizados, correndo por conta da contratada todos os demais custos indiretos.

6.15. O pagamento da última medição estará condicionada à conclusão total da obra, sanadas todas as pendências e conforme o Recebimento Definitivo (Cláusula Décima Sétima) atestado por Comissão designada para esse fim.

6.16. O pagamento será efetuado pela Contratante, em moeda corrente nacional, mediante Ordem Bancária, em parcelas mensais, de acordo com o Cronograma Físico-financeiro, e no valor correspondente ao somatório dos serviços efetivamente executados, segundo as medições efetuadas pelo Fiscal do Contrato.

6.17. O pagamento à Contratada será efetuado em até 30 (trinta) dias contados da apresentação da nota fiscal/fatura correspondente, devidamente atestado pela FISCALIZAÇÃO, desde que a Contratada apresente



ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

os documentos de cobrança de forma a permitir o cumprimento das exigências legais, principalmente no que se refere às retenções tributárias e previdenciária e a comprovação das obrigações trabalhistas.

6.17.1. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

6.17.2. Os pagamentos serão realizados através de depósito bancário, até 30 (trinta) dias após o atesto sem ressalvas da prestação de serviços. Para a efetivação do pagamento toda a documentação fiscal será verificada quanto à sua regularidade.

6.18. As Notas Fiscais/Faturas apresentadas em desacordo com o estabelecido neste Contrato, na nota de empenho, no Contrato ou com qualquer circunstância que desaconselhe o pagamento será devolvida à adjudicatária e nesse caso o prazo previsto no subitem será interrompido.

6.18.1. A contagem do prazo previsto para pagamento (30 dias) será reiniciada a partir da respectiva regularização, desconsiderado o prazo anteriormente decorrido durante a análise das Notas Fiscais/Faturas consideradas irregulares.

6.19. A Nota Fiscal/Fatura deverá ser emitida em nome do Fundo Estadual de Segurança dos Magistrados (FUNSEG), sob o CNPJ Nº. 16.368.546/0001-30.

6.20. A Contratada emitirá a nota fiscal/fatura, obrigatoriamente com o número de inscrição no CNPJ apresentado nos documentos de habilitação e de proposta de preços e no próprio instrumento de contrato, não se admitindo notas fiscais/faturas emitidas com outro CNPJ, mesmo aqueles de filiais ou da matriz.

6.20.1. Quando da emissão da nota fiscal ou fatura, a contratada deverá destacar o valor da retenção com o título de "RETENÇÃO PARA A PREVIDÊNCIA SOCIAL", conforme previsto na INSTRUÇÃO NORMATIVA MPS/SRP Nº 971, de 13/11/2009 – DOU de 17/11/2009, e suas alterações.

6.21. A nota fiscal/fatura emitida pela CONTRATADA em inteira conformidade com as exigências legais, especialmente as de natureza fiscal, acrescida das seguintes informações:

6.21.1. Indicação do número e do objeto do CONTRATO;

6.21.2 Indicação da medição a que se refere o faturamento;



ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

- 6.21.3. Destaque, conforme regulação específica, das retenções incidentes sobre o faturamento, (ISS, INSS, IRRF e outros), se houver;
- 6.21.4. Destaque de valor relativo a qualquer retenção aplicada pelo TJCE, para produzir, exclusivamente, efeitos financeiros no ato de pagamento, não podendo alterar o valor total do documento fiscal;
- 6.21.5. Conta bancária, conforme indicado pela CONTRATADA na nota fiscal.
- 6.22. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária.
- 6.23. A nota fiscal/fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada:
- 6.23.1. Atestação de conformidade do serviço executado.
 - 6.23.2. Documento fiscal preenchido em descordo com o item
 - 6.23.3. Apresentação de Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;
 - 6.23.4. Apresentação de Certidão Negativa de Débitos junto aos Governos Estadual e Municipal;
 - 6.23.5. Apresentação de Certificado de Regularidade do FGTS – CRF;
 - 6.23.6. Garantia contratual vigente;
 - 6.23.7. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.
- 6.24. Constatada a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deve-se providenciar a sua advertência, por escrito, no sentido de que, no prazo de cinco (5) dias úteis, o fornecedor regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa.
- 6.25. O prazo do inciso anterior poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da Administração.
- 6.26. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a Administração deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do fornecedor, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado pela Administração, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.
- 6.27. Persistindo a irregularidade, a Administração deverá adotar as medidas necessárias à rescisão dos contratos



ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

em execução, nos autos dos processos correspondentes administrativos correspondentes, assegurada à Contratada a ampla defesa.

6.28. Havendo a efetiva prestação de serviços ou o fornecimento dos bens, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão contratual, caso o fornecedor não regularize sua situação.

6.29. Somente por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade do órgão ou entidade Contratante, não será rescindido o contrato em execução com empresa ou profissional inadimplente em sua regularidade fiscal e trabalhista.

6.30. A critério da CONTRATANTE poderá ser utilizado o valor contratualmente devido para cobrir dívidas de responsabilidade da Contratada para com ela, relativas a multas que lhe tenham sido aplicadas em decorrência da irregular execução contratual.

6.31. O valor a ser pago em cada parcela mensal será limitado àquele previamente estipulado no Cronograma Físico-financeiro para a fase, podendo, a critério da Administração, ser ultrapassado o valor previsto no caso de haver disponibilidade financeira.

6.32. O CONTRATANTE poderá sustar o pagamento de qualquer fatura apresentada pela CONTRATADA, no todo ou em parte, nos seguintes casos:

6.32.1 Execução defeituosa dos serviços;

6.32.2. Descumprimento de obrigação relacionada com os serviços contratados;

6.32.3. Débito da CONTRATADA para com a CONTRATANTE, quer proveniente da execução do Contrato decorrente desta licitação, quer de obrigações de outros Contratos;

6.32.4. Não cumprimento de obrigação contratual, hipótese em que o pagamento ficará retido até que a CONTRATADA atenda à cláusula infringida;

6.32.5. Obrigações da CONTRATADA com terceiros que, eventualmente, possam prejudicar o CONTRATANTE;

6.32.6. Paralisação dos serviços por culpa da CONTRATADA.



ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

6.33. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

6.33.1. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

6.33.2. O CONTRATANTE fará a retenção, com repasse ao órgão arrecadador, de qualquer tributo ou contribuição determinada por legislação específica, sendo que a CONTRATANTE se reserva o direito de efetuar-la ou não nos casos em que for facultativo.

6.34. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

EM = I x N x VP, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = \frac{i}{365} \qquad I = \frac{6/100}{365} \qquad I = 0,00016438$$

no qual *i* - taxa percentual anual no valor de 6% .

CLÁUSULA SÉTIMA – DA GARANTIA CONTRATUAL

7.1. No ato da assinatura do contrato, a CONTRATADA deverá prestar ao CONTRATANTE, a título de garantia, a quantia equivalente a 5% (cinco por cento) do valor global do contrato, cabendo-lhe optar dentre as modalidades previstas no art. 56, § 1º, da Lei Nº 8.666/93. A garantia será devolvida à CONTRATADA somente após o cumprimento integral das obrigações assumidas, inclusive recolhimento de multas e satisfação de prejuízos causados ao CONTRATANTE.

7.2. A garantia apresentada deverá ter prazo de validade que abranja todo o prazo de execução dos serviços, acrescido dos prazos para recebimento provisório, definitivo, conforme definidos no item e devidamente acrescida de 90 (noventa) dias.

7.3. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

7.3.1. Prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato;

7.3.2. Prejuízos diretos causados ao TJCE decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;



ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

7.3.3. Multas moratórias e punitivas aplicadas pelo TJCE à CONTRATADA; e

7.3.4. Obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza, não adimplidas pela CONTRATADA, quando couber.

7.4. A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no item anterior, observada a legislação que rege a matéria.

7.5. A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor da CONTRATANTE, em conta específica, a ser indicada, com correção monetária.

7.6. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda.

7.7. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.

7.8. A garantia, inclusive na modalidade seguro-garantia, poderá ser utilizada para ressarcimento do CONTRATANTE e para pagamento dos valores das multas moratórias, multas punitivas e indenizações devidas pela CONTRATADA.

7.9. Na hipótese de alteração do valor do contrato, ou prorrogação do prazo de vigência, a CONTRATADA deverá apresentar prorrogação do prazo de validade da garantia no prazo de até 48 (quarenta e oito) horas, contado da solicitação do CONTRATANTE, a partir do qual se observará o disposto nos itens 7.10.1 e 7.10.2, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

7.10. Caso o valor da garantia seja utilizado no todo ou em parte para o pagamento de multas, ela deve ser complementada no prazo de até 48 (quarenta e oito) horas, contado da solicitação do CONTRATANTE, a partir do qual se observará o disposto abaixo:

7.10.1. A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,2% (dois décimos por cento) do valor do contrato, por dia de atraso, até o máximo de 5% (cinco por cento).

7.10.2. O atraso superior a 30 dias acarretará a rescisão unilateral do contrato, sem prejuízo da multa prevista no item anterior.

7.11. A Será considerada extinta a garantia:

7.11.1. Com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da Contratante, mediante termo circunstanciado, de que a Contratada cumpriu todas as cláusulas do contrato;

7.11.2. no prazo de 90 (noventa) dias após o término da vigência do contrato, caso o TJCE não comunique a ocorrência de sinistros, quando o prazo será ampliado, nos termos da comunicação.



ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

CLÁUSULA OITAVA – DO REAJUSTE DAS ALTERAÇÕES E ACRÉSCIMOS

- 8.1. Face ao prazo de duração dos serviços, os preços serão fixos e irrevogáveis.
- 8.2. Somente ocorrerá reajuste para as parcelas que ultrapassem o período de um ano da data fixada para apresentação da proposta e caso o adimplemento da obrigação das parcelas a realizar não estejam atrasadas por culpa da CONTRATADA, conforme cronograma físico aprovado pela FISCALIZAÇÃO.
- 8.3. Os preços contratuais poderão ser reajustados de acordo com o item anterior utilizando a variação do Índice Nacional de Custo da Construção – INCC, coluna 35 (do mês correspondente à data fixada para entrega da proposta), calculado pela Fundação Getúlio Vargas – FGV, e publicado na seção de Índices Econômicos da Revista "Conjuntura Econômica", pela fórmula a seguir relacionada.

$$R = V \times \left(\frac{I - I_o}{I_o} \right) \text{ onde:}$$

R - Valor do reajuste procurado;

V - Valor contratual dos serviços a serem reajustados;

I_o - Índice inicial - refere-se ao índice de custos do mês correspondente à data fixada para entrega da proposta;

I - Índice relativo ao 12º mês após a data da apresentação da proposta.

OBS: O FATOR $[(I - I_o) / I_o]$ deve ser truncado na quarta casa decimal, ou seja, desprezar totalmente da quinta casa decimal em diante.

- 8.4. Ocorrendo atraso atribuível à Contratada, antecipação ou prorrogação na execução da obra, o reajuste obedecerá às seguintes condições:
- 8.4.1. No caso de atraso:
- 8.4.1.1. Se os índices aumentarem, prevalecerão aqueles vigentes nas datas previstas para a realização da parcela da obra;
- 8.4.1.2. Se os índices diminuïrem, no caso de antecipação, prevalecerão os índices vigentes nas datas em que a parcela da obra foi efetivamente executada.
- 8.4.2. No caso de prorrogação regular, caso em que o cronograma de execução física deverá ser reformulado e aprovado, prevalecerão os índices vigentes nas novas datas previstas para a execução da obra.
- 8.5. A concessão do reajuste de acordo com o item não eximirá a contratada das sanções contratuais cabíveis.
- 8.6. A posterior recuperação do atraso não ensejará a atualização dos índices no período em que ocorrer a mora.



ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

- 8.7. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 8.8. O serviço adicionado ao contrato ou que sofra alteração em seu quantitativo ou preço deverá apresentar preço unitário inferior ao preço de referência da Administração Pública divulgado por ocasião da licitação, mantida a proporcionalidade entre o preço global contratado e o preço de referência, respeitados os limites do previstos no § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 8.9. A CONTRATADA ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial do Contrato.
- 8.9.1. Qualquer alteração do preço global da obra, excetuado o reajustamento, somente será efetivada por aditivo contratual, devidamente autorizado pela Administração.
- 8.9.2. A formação do preço dos aditivos contratuais contará com orçamento específico detalhado em planilhas, mantendo-se, em qualquer aditivo contratual, a proporcionalidade da diferença entre o valor global estimado pela Administração nos termos deste artigo e o valor global contratado, mantidos os limites previstos no art. 65, § 1º, da Lei nº 8.666/93.
- 8.10. Na hipótese de ocorrência do previsto no art. 65, inciso II, alínea “d”, da Lei Nº 8.666/93, a CONTRATADA deverá, primeiramente, observar os prazos de execução que foram pactuados, enquanto for apreciado o pedido de reestabelecimento de equilíbrio econômico-financeiro, sob pena de incorrer em inadimplência, com a consequente aplicação das penalidades legais e as previstas neste Contrato.

CLÁUSULA NONA – DA FISCALIZAÇÃO

- 9.1. O(s) fornecimento(s) será(ão) fiscalizado(s) pela Comissão de Fiscalização, composta pela Assistência Militar e Secretaria de Infraestrutura do TJCE, podendo ser nomeado servidores específicos para atividade.
- 9.2. A FISCALIZAÇÃO será exercida pela Comissão, devidamente designada para esse fim, o qual exercerá o controle e a fiscalização da execução da obra em suas diversas fases, e decidirá sobre dúvidas surgidas no decorrer da construção devendo:
- 9.2.1. Promover as avaliações dos serviços executados.
- 9.2.2. Atestar os documentos referentes à conclusão de cada etapa, nos termos Contratados, para efeito de pagamento.
- 9.2.3. Certificar as Notas Fiscais correspondentes após constatar o fiel cumprimento dos serviços executados, medidos e aceitos.
- 9.3. Sem prejuízo ou dispensa das obrigações da CONTRATADA, o CONTRATANTE, exercerá ampla supervisão, controle e fiscalização sobre a execução do objeto, através de Comissão, devidamente



ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

designada para esse fim, que assistirá ou subsidiará na FISCALIZAÇÃO de todas as etapas de execução do objeto.

- 9.4. A FISCALIZAÇÃO representará o CONTRATANTE e terá as atribuições delegadas em ato específico e será composta por engenheiros ou técnicos com autoridade para exercer, em seu nome, toda e qualquer ação de orientação geral, controle e fiscalização da execução dos serviços.
- 9.5. O Tribunal de Justiça do Estado do Ceará reserva-se o direito de supervisionar, controlar e fiscalizar a execução do objeto, não atenuará, reduzirá ou eximirá qualquer responsabilidade ou obrigação da CONTRATADA de acordo com este Termo de Referência.
- 9.6. A FISCALIZAÇÃO será exercida no interesse exclusivo do CONTRATANTE, não suprimindo a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, não implicando corresponsabilidade objetiva ou subjetiva do CONTRATANTE.
- 9.7. A FISCALIZAÇÃO do CONTRATANTE, à qual a CONTRATADA deverá facilitar o exercício de suas funções, terá poderes para fiscalizar a execução do objeto e especialmente para:
- 9.7.1. Suspender os trabalhos, sempre que considerar a medida necessária;
 - 9.7.2. Recusar qualquer serviço que não se enquadre nas especificações das normas técnicas da ABNT (e outras aplicáveis) e nos padrões exigidos pelo CONTRATANTE;
 - 9.7.3. Decidir, juntamente com o representante da CONTRATADA, todas as questões rotineiras que surgirem durante a execução dos serviços;
 - 9.7.4. Exigir da CONTRATADA a manutenção, durante a execução do CONTRATO, em compatibilidade com as obrigações assumidas, de todas as condições de habilitação e qualificação exigidas;
 - 9.7.5. Inspecionar e supervisionar todos os suprimentos necessários à execução, conforme critérios que garantirão a qualidade/desempenho do objeto deste Termo de Referência;
 - 9.7.6. Participar da programação e acompanhamento da execução do objeto, definindo, em conjunto com a CONTRATADA, alterações na sequência e/ou metodologia dos trabalhos, que forem julgadas convenientes ou necessárias;
 - 9.7.7. Notificar a CONTRATADA sobre sua inadimplência no cumprimento de obrigações previstas no CONTRATO gerado pelo uso desta ARP, determinando sua regularização; ou, sendo o caso, remetendo à autoridade competente para abertura de processo;
 - 9.7.8. Notificar a CONTRATADA sobre a utilização de equipamentos e ferramentas inadequados, ou processos inseguros para a realização dos serviços;
 - 9.7.9. Fazer as aferições necessárias para a liberação de pagamentos em conformidade com as



ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

condições estabelecidas no contrato;

9.7.10. Recusar os materiais entregues e/ou os serviços que tenham sido realizados pela CONTRATADA em desacordo com as condições estabelecidas no presente Termo de Referência, apresentando as devidas justificativas;

9.7.11. Exigir da CONTRATADA que exclua da equipe designada para a realização dos serviços pessoa por ela empregada que, a critério do CONTRATANTE, comporte-se de maneira indevida, atue com negligência, imprudência, imperícia ou incompetência no desempenho de suas atribuições ou, ainda, persista em conduta prejudicial à saúde, à segurança ou ao meio ambiente, no local da execução dos serviços, ou ainda, de qualquer forma venha a prejudicar o andamento normal da execução dos serviços, a imagem do CONTRATANTE, ou que prejudique a relação desse com as autoridades e/ou comunidades locais, devendo a CONTRATADA providenciar a imediata substituição da referida pessoa por outra que atenda aos requisitos necessários ao desempenho da respectiva função;

9.7.12. Requerer amostras de material utilizado na execução dos serviços e testes e análises de materiais, equipamentos e serviços que julgar necessários;

9.7.13. Requerer a realização de testes adicionais de materiais, equipamentos e serviços, caso aqueles realizados ou apresentados pela CONTRATADA apresentem deficiências ou divergências em relação às especificações e normas técnicas;

9.7.14. Determinar a suspensão da execução, no todo ou em parte, quando sua realização não estiver de acordo com as normas, especificações técnicas e as demais condições contratuais, ou quando houver riscos à segurança das pessoas e ao meio ambiente ou a sua realização possa ocasionar prejuízo de difícil ou impossível reparação;

9.7.15. Decidir em nome do CONTRATANTE e no limite de suas atribuições, as demais questões que venham a ser suscitadas quanto à execução do objeto deste Termo de Referência.

9.8. As ações de que tratam o item anterior serão formalizadas pela CONTRATANTE através dos competentes relatórios.

9.9. As anotações necessárias e a discriminação de todos os eventos ocorridos na execução dos serviços serão obrigatoriamente registradas no livro Diário de Ocorrências, dentre elas:

- a) Os dias de chegada de cargas e insumos;
- b) Número de operários em atividade com discriminação de suas funções;
- c) Equipamentos utilizados;
- d) As modificações efetuadas no decorrer da obra;
- e) As consultas à FISCALIZAÇÃO;



ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

- f) As datas de início e de conclusão de etapas, de acordo com o Cronograma Físico-Financeiro aprovado;
 - g) Os acidentes ocorridos no decurso dos trabalhos;
 - h) As respostas às interpelações da FISCALIZAÇÃO;
 - i) Falta de materiais;
 - j) Quaisquer outros fatos que devam ser objeto de registro.
- 9.10. Todo e qualquer entendimento entre a FISCALIZAÇÃO do CONTRATANTE e a CONTRATADA deverá ser formalizado por documento escrito contendo as assinaturas dos representantes das Partes, sem as quais não terá validade.
- 9.11. As decisões e (ou) providências que ultrapassarem a competência da FISCALIZAÇÃO do contrato deverão ser levadas, por escrito, ao conhecimento do Secretário de Infraestrutura, em tempo hábil, para a adoção das medidas convenientes e necessárias a cada caso;
- 9.12. A CONTRATADA deverá ajustar, prontamente, na forma prevista por acordo das Partes, o Planejamento da execução do objeto, conforme as providências que forem acordadas para a solução das discordâncias ou impasses, de forma a não permitir o comprometimento da qualidade da execução dos serviços ou prejuízos aos prazos e valores contratuais.
- 9.13. A FISCALIZAÇÃO do CONTRATANTE não elimina ou atenua as responsabilidades da CONTRATADA.
- 9.14. A presença da FISCALIZAÇÃO no local dos serviços não diminuirá a responsabilidade da CONTRATADA quanto à perfeita execução do trabalho.
- 9.15. Comunicar oficialmente à CONTRATADA quaisquer falhas verificadas no cumprimento do contrato.
- 9.16. Autorizar a execução de serviços durante os fins de semana e/ou feriados uma vez que solicitados em tempo e puderem ser realizados sem a presença da FISCALIZAÇÃO.
- 9.17. Restringir a realização de atividades que julgar necessitem de seu acompanhamento tendo sua execução preferencial os horários compreendidos entre 8h e 18h de dias úteis.
- 9.18. Agir e decidir em nome do CONTRATANTE, inclusive, para rejeitar os serviços executados em desacordo com as especificações técnicas ou com imperfeição, levando-se em consideração também as Normas Técnicas da ABNT e outras aplicáveis.
- 9.19. Transmitir suas ordens e instruções por escrito, salvo em situações de urgência ou emergência, sendo reservado à CONTRATADA direito de solicitar da FISCALIZAÇÃO, por escrito, a posterior confirmação de ordens ou instruções verbais recebidas.
- 9.20. Para quaisquer serviços mal executados, a FISCALIZAÇÃO reservar-se-á o direito de determinar sua modificação, o seu reparo ou a substituição da forma de execução, com os materiais que entenderem.



ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

mais adequados, sem que tal fato acarrete em solicitação de ressarcimento financeiro por parte da CONTRATADA, nem extensão do prazo para conclusão dos serviços.

- 9.21. A FISCALIZAÇÃO não aceitará a transferência de qualquer responsabilidade da CONTRATADA para outras entidades, sejam fabricantes, técnicos ou subempreiteiros, ainda que referentes a serviços subcontratados.
- 9.22. Solicitar através da Central de Contratos a aplicação, nos termos contratuais, de multa(s) à CONTRATADA dando-lhe ciência do ato, por escrito, bem como comunicar ao Órgão Financeiro do CONTRATANTE para que proceda a dedução da multa de qualquer crédito da CONTRATADA.
- 9.23. Instruir o(s) recurso(s) da CONTRATADA no tocante ao pedido de cancelamento de multa(s), quando essa discordar do CONTRATANTE.
- 9.24. No exercício de suas atribuições fica assegurado à FISCALIZAÇÃO, sem restrições de qualquer natureza, o direito de acesso ao “local de execução dos serviços”, bem como a todos os elementos de informações relacionados com a execução dos serviços, por essa julgada necessária.
- 9.25. Solicitar que a CONTRATADA, através de comunicação oficial, afaste o empregado ou subcontratado que não esteja cumprindo fielmente o Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

- 10.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta.
- 10.2. Notificar a Contratada sobre quaisquer irregularidades encontradas nos fornecimentos.
- 10.3. Pagar os valores empenhados, em até 30 dias após o recebimento definitivo, desde que os pedidos de pagamento venham acompanhados das devidas notas fiscais e das comprovações de recolhimentos fiscais ou certidões julgadas necessárias pela Secretaria de Finanças do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará.
- 10.4. Exercer a fiscalização dos fornecimentos pelo Gestor do contrato, a fim de zelar pelo bom desempenho do serviço, comunicando ao setor competente quaisquer irregularidades para que sejam adotadas as providências cabíveis.
- 10.5. Notificar a Contratada sobre quaisquer irregularidades encontradas nos fornecimentos e aplicar as penalidades contratuais, quando cabíveis.
- 10.6. Esclarecer eventuais dúvidas sobre especificações do objeto e/ou detalhes dos serviços a serem executados e possíveis interferências que porventura não tenham sido suficientemente esclarecidas ou previstas.
- 10.7. Solicitar a correção e/ou refazimento dos serviços não aprovados pela FISCALIZAÇÃO.



ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

- 10.8. Notificar, por escrito, à CONTRATADA a ocorrência de quaisquer imperfeições no curso da execução do objeto, fixando prazo para a sua correção.
- 10.9. Fornecer todas as informações ou esclarecimentos e condições necessárias à plena execução do contrato a ser celebrado;
- 10.10. Efetuar o pagamento da fatura da CONTRATADA, dentro de prazos e condições preestabelecidos;
- 10.11. Permitir o livre acesso dos empregados da empresa CONTRATADA às instalações das Unidades do Poder Judiciário, independentemente de permissão prévia, desde que estejam credenciados pela mesma e exclusivamente para execução dos serviços;
- 10.12. Designar servidor como Gestor para o contrato ao qual serão incumbidas as atribuições contidas nas normas de Planejamento, Orçamento, Finanças, Patrimônio e Contabilidade do Tribunal de Justiça;
- 10.13. Disponibilizar 3 (três) profissionais que comporão a Equipe de Fiscalização para acompanhar a implantação do CFTV e manutenção do sistema, os quais deverão coordenar o fornecimento à Empresa CONTRATADA das informações necessárias para a devida instalação, tais como: planta baixa e os locais dos pontos elétricos e lógicos existentes, bem como o padrão de instalação a ser seguido. Para a composição dessa equipe de fiscalização deverá ser nomeado um profissional da Assistência Militar do TJCE, outro da Secretaria de Tecnologia da Informação do TJCE e outro da Secretaria de Infraestrutura do TJCE.
- 10.14. Expedir a Ordem de Serviço.
- 10.15. Acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato por um ou mais representante(s) especialmente designado(s), nos termos do art. 67 da Lei n.º 8.666/93.
- 10.16. Fornecer as plantas, desenhos e projetos necessários à perfeita compreensão dos serviços e especificações técnicas a eles relacionadas.
- 10.17. Aplicar as penalidades previstas em lei e na Cláusula Décima Nona deste contrato.
- 10.18. Exigir da Contratada que providencie a seguinte documentação como condição indispensável para o recebimento definitivo de objeto, quando for o caso:
- 10.18.1. Prova de regularidade trabalhista e com as Fazendas Federal (Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União – RFB/PGFN), Estadual e Municipal do domicílio ou sede da empresa, válidas, ou outra equivalente, na forma da lei.
- 10.18.2. Certidão de Regularidade junto ao INSS.
- 10.18.3. Certidão de Regularidade do FGTS.
- 10.18.4. Certidão de Regularidade junto ao Município de Fortaleza.
- 10.18.05. AS BUILT (caso tenha ocorrido alteração de projeto).



ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

10.18.6. Baixa da ART da execução dos serviços.

10.18.7. Toda a documentação dos materiais e equipamentos aplicados na obra.

10.18.8. Certificado de treinamento com o nome de todos os participantes, conforme previsto na cláusula Décima Quinta deste Contrato.

10.18.9. Termo de Garantia, assinado por quem de direito, onde constará a garantia de todos os materiais fornecidos e dos serviços executados, e a obrigação reparação dos vícios verificados dentro do prazo de garantia do serviço, 36 (trinta e seis) meses, tendo em vista o direito assegurado à CONTRATANTE no art. 69 da Lei nº 8.666/93 e no art. 12 da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor), o prazo será contado a partir da data de recebimento definitivo.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

11.1. São de responsabilidade da contratada todas as despesas diretas e indiretas, incidentes sobre o fornecimento, inclusive as de envio expresso, caso seja necessário, para atender atrasos ou resolução de problemas de inconformidade, para os quais tenha concorrido direta ou indiretamente.

11.2. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, a execução do objeto, sem prévia e expressa autorização da Comissão de Segurança do Tribunal de Justiça, sendo que a responsabilidade técnica caberá sempre à Contratada, em qualquer caso, não sendo transferida sob nenhum pretexto.

11.3. Cuidar para que o material fornecido atenda, rigorosamente, a qualidade e as características especificadas neste termo de referência.

11.4. Transportar os produtos desde o local de distribuição, fabricação e embalagem até os locais de entrega e instalação especificados no item local de entrega, ou nas condições de recebimento e aceitação deste termo de referência.

11.5. Assumir inteira responsabilidade por qualquer dano ou extravio causado durante o transporte e demais serviços pertinentes ao fornecimento e instalação, devendo comunicar ao Gestor do contrato, tempestivamente, a fim de que sejam adotadas as providências cabíveis.

11.6. Manter, durante o fornecimento, as mesmas condições da habilitação e qualificação exigidas na licitação.

11.7. Realizar capacitação técnica de operacionalização e manutenção do sistema contratado a todos os usuários do referido sistema no DEPROB, cabendo a indicação dos mesmos pela Assistência Militar do Tribunal de Justiça.

11.8. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:



ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

11.8.1. Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Edital e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade;

11.8.2. O objeto deve estar acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português e da relação da rede de assistência técnica autorizada;

11.8.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

11.8.4. Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;

11.8.5. Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

11.8.6. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

11.9. Apresentar garantias de que os produtos fornecidos e instalados são de origem idônea e que possuem garantia do fabricante no território nacional, independente da garantia ofertada por ela.

11.10. Apresentar o projeto As Built da edificação incluindo todos os memoriais descritivos e de cálculo.

11.11. Prestar os serviços de assistência técnica durante todo o período de garantia do objeto.

11.12. Após a implantação e operacionalização do Sistema, a CONTRATADA deverá realizar todos os ajustes e testes necessários para o seu perfeito funcionamento, e realizará treinamento para a equipe designada pelo Tribunal de Justiça, conforme definido neste Termo.

11.13. Executar o objeto deste Termo de Referência, em conformidade com o respectivo planejamento, normas e especificações técnicas e, ainda com as instruções emitidas pelo CONTRATANTE.

11.14. A CONTRATADA deverá manter como profissional responsável pela execução dos serviços, no mínimo um engenheiro eletricista ou eletrônico devidamente qualificado.

11.15. É de responsabilidade da CONTRATADA o cumprimento das prescrições referentes às Leis Trabalhistas, Previdência Social e Seguro de Acidentes do Trabalho bem como assumir todos os ônus, encargos sociais, trabalhistas, fiscais e previdenciários concernentes à execução de seus serviços.

11.16. As despesas com alimentação e transporte de pessoal serão de responsabilidade exclusiva da CONTRATADA.

11.17. Cumprir todas as orientações do CONTRATANTE, para o fiel desempenho das atividades específicas.

11.18. Sujeitar-se a mais ampla e irrestrita fiscalização por parte do CONTRATANTE, prestando todos os esclarecimentos solicitados de forma clara, concisa e lógica, atendendo prontamente às reclamações formuladas.



ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

- 11.19. Arcar com as reclamações levadas ao seu conhecimento por parte da FISCALIZAÇÃO, cuidando imediatamente das providências necessárias para a correção, evitando repetição de fatos.
- 11.20. Relatar toda e qualquer irregularidade observada em função da prestação dos serviços.
- 11.21. Manter seus empregados identificados por crachá e uniforme quando em trabalho, devendo substituí-los, imediatamente, caso sejam considerados inconvenientes à boa ordem e às normas disciplinares do CONTRATANTE.
- 11.22. Assumir a responsabilidade por todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-los na época própria, uma vez que seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com o CONTRATANTE.
- 11.23. Assumir a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes do trabalho, quando seus empregados forem vítimas na execução dos serviços ou em conexão com eles, ainda que ocorridos nas dependências do CONTRATANTE.
- 11.24. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente a bens de propriedade do CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes da sua culpa ou dolo, quando da execução do objeto, não podendo ser arguido para efeito de exclusão ou redução de sua responsabilidade o fato do CONTRATANTE proceder a fiscalização ou acompanhar a execução da Ata de Registro de Preços.
- 11.25. Arcar com as despesas decorrentes de qualquer infração praticada por seus empregados, quando da realização dos serviços.
- 11.26. Comunicar ao fiscal designado pelo CONTRATANTE, por escrito, qualquer anormalidade ou impropriedade verificada e prestar os esclarecimentos necessários, para deliberação e eventuais mudanças dos detalhes por parte do órgão adquirente, durante o planejamento do evento.
- 11.27. Manter durante a vigência do contrato as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
- 11.28. Zelar pela perfeita execução dos serviços, sanando as eventuais falhas, imediatamente após sua verificação.
- 11.29. Manter, por si, por seus prepostos e empregados, irrestrito e total sigilo sobre quaisquer dados que lhe sejam fornecidos, sobretudo quanto à estratégia de atuação do CONTRATANTE.
- 11.30. Responder integralmente pela produtividade de sua equipe, arcando com eventuais custos adicionais oriundos de redução dessa produtividade, ainda que em função de condições atmosféricas adversas.
- 11.31. Assegurar que os veículos utilizados na execução do objeto estejam em perfeitas condições de trafegabilidade, equipados com todos os equipamentos de segurança exigidos pelo Código Brasileiro de Trânsito.



ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

11.32. Admitir e dirigir, sob sua inteira responsabilidade, o pessoal adequado e capacitado de que necessitar, em todos os níveis de trabalho, para a execução dos serviços, correndo por sua conta exclusiva todos os encargos e obrigações de ordem trabalhista, previdenciária e civil, apresentando, ainda, ao CONTRATANTE, quando solicitado, a relação atualizada desse pessoal.

11.33. A CONTRATADA será representada no local de execução dos serviços pelo “Engenheiro Responsável Técnico” indicado na proposta, o qual dirigirá os trabalhos e a representará legalmente, com amplos poderes para decidir, em seu nome, nos assuntos relativos aos serviços contratados.

11.34. Submeter, em tempo hábil, em caso de justificada necessidade de substituição o profissional indicado para execução dos serviços, o nome e os documentos demonstrativos da respectiva capacitação técnica de seu substituto à aprovação do gestor do contrato e ratificação pelo seu superior. A documentação do profissional será analisada de acordo com os critérios definidos no Edital de Licitação. O profissional substituto deverá ter, obrigatoriamente, qualificação técnica, no mínimo, igual à do substituído.

11.35. Substituir, por exigência da FISCALIZAÇÃO, qualquer profissional participante da execução dos serviços desde que seja constatada a sua desqualificação para a execução de suas tarefas ou que apresente hábitos nocivos e prejudiciais aos usuários da área destinada aos serviços.

11.36. Cumprir rigorosamente as NORMAS DE ENGENHARIA DE SEGURANÇA E MEDICINA DO TRABALHO, emanadas da legislação pertinente, fornecendo aos empregados prestadores dos serviços contratados os EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL (EPI).

11.37. Encaminhar a fatura e a nota fiscal com a Cópia da quitação das seguintes obrigações patronais referentes ao mês anterior à realização dos serviços:

11.37.1. Recolhimento das contribuições devidas ao INSS (parte do empregador e parte do empregado), relativas aos empregados envolvidos na execução do objeto deste instrumento;

11.37.2. Recolhimento do FGTS, relativo aos empregados referidos na alínea anterior;

11.37.3. Comprovante de recolhimento do PIS, COFINS e ISS, quando for o caso, dentro de 20 (vinte) dias a partir do recolhimento destes encargos;

11.37.4. Apresentação da Certidão Negativa de Débito da Previdência Social –CND;

11.37.5. Apresentação de Certidão Negativa de Débitos junto aos Governos Estadual e Municipal;

11.37.6. Apresentação de Certificado de Regularidade do FGTS – CRF;

11.37.7. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.

11.38. Ao final da execução dos serviços previstos para o recebimento definitivo e ao final da execução do contrato, deverá ainda, fornecer a seguinte documentação:

11.38.1. Prova de regularidade trabalhista e com as Fazendas Federal (Certidão Conjunta Negativa de Débitos



ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União – RFB/PGFN), Estadual e Municipal do domicílio ou sede da empresa, válidas, ou outra equivalente, na forma da lei;

11.38.2. Certidão de Regularidade junto ao INSS;

11.38.3. Certidão de Regularidade do FGTS;

11.38.4. Certidão de Regularidade junto ao Município de Fortaleza;

11.38.5. AS BUILT (caso tenha ocorrido alteração de projeto);

11.38.6. Baixa da ART da execução dos serviços.

11.38.7. Termo de Garantia, assinado por quem de direito, onde constará a garantia de todos os materiais fornecidos e dos serviços executados, e a obrigação reparação dos vícios verificados dentro do prazo de garantia do serviço, 05 (cinco) anos, tendo em vista o direito assegurado à CONTRATANTE no art. 69 da Lei nº 8.666/93 e no art. 12 da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor), o prazo será contado a partir da data de recebimento definitivo.

11.39. As relações entre a CONTRATADA e o CONTRATANTE serão mantidas por intermédio da FISCALIZAÇÃO.

11.40. Providenciar antes do início dos serviços, objeto do Termo de Referência, as licenças, as aprovações e os registros específicos, junto às repartições competentes, necessários para a execução dos serviços contratados, em particular a ART junto ao CREA competente.

11.41. A CONTRATADA deverá arcar com todas as responsabilidades e custos para liberações necessárias junto ao CREA, bem como arcar com o pagamento de todas as despesas que se fizerem necessárias à completa execução dos serviços, dentre eles, o pagamento de impostos, taxas e outras obrigações financeiras que vierem a incidir sobre a execução dos serviços.

11.42. Após a assinatura do contrato, autorizando a mobilização de profissionais, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, providenciar a Anotação de Responsabilidade Técnica – ART destes no CREA da região onde os serviços serão executados, entregando uma via de cada anotação à FISCALIZAÇÃO DO CONTRATANTE e outra aos profissionais mobilizados. Estes comprovantes são indispensáveis para o início dos serviços por parte dos profissionais mobilizados.

11.43. Executar, às suas custas, os refazimentos dos serviços executados em desacordo com este Termo de Referência.

11.44. Substituir, quando rejeitados, os equipamentos, componentes e serviços, dentro do prazo estabelecido pela FISCALIZAÇÃO.

11.45. Fornecer, a qualquer momento, todas as informações de interesse para a execução dos serviços, que O CONTRATANTE julgar necessárias conhecer ou analisar.



ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

11.46. Facilitar o pleno exercício das funções da FISCALIZAÇÃO. O não atendimento das solicitações feitas pela FISCALIZAÇÃO será considerado motivo para aplicação das sanções contratuais. O exercício das funções da FISCALIZAÇÃO não desobriga a CONTRATADA das suas responsabilidades, de acordo com as disposições deste Termo de Referência.

11.47. Responsabilizar-se durante a execução dos serviços contratados por qualquer dano que ocasionar, direta ou indiretamente, a bens do CONTRATANTE ou sob sua responsabilidade ou ainda de terceiros.

11.48. Constatado dano a bens do CONTRATANTE ou sob a sua responsabilidade ou, ainda, a bens de terceiros, a CONTRATADA, de pronto, os reparará ou, se assim não proceder, o CONTRATANTE lançará mão dos créditos daquela para ressarcir os prejuízos a quem de direito.

11.49. A CONTRATADA será responsável pela existência de toda e qualquer irregularidade ou simples defeito de execução, comprometendo-se a removê-lo, desde que provenham da má execução do serviço, sem ônus para o CONTRATANTE.

11.50. Também será responsável por danos causados por máquinas, equipamentos ou pessoal sob sua responsabilidade ou prestadores de serviços a edificações existentes, instalações, pavimentos, passeios ou jardins pertencentes ao CONTRATANTE. Constatado o dano, este deverá ser prontamente reparado pela CONTRATADA, sem ônus para o CONTRATANTE, de modo a restaurar a sua forma e condições originais.

11.51. Todas as questões, reclamações, demandas judiciais, ações por perdas ou danos e indenizações oriundas de danos causados pela CONTRATADA serão de sua inteira responsabilidade, não cabendo responsabilidade solidária por parte do CONTRATANTE.

11.52. Não poderá a CONTRATADA transferir qualquer responsabilidade para outras entidades, sejam fabricantes, técnicos ou subempreiteiros, ainda que referentes a serviços subcontratados.

11.53. O fato do CONTRATANTE proceder à fiscalização ou acompanhar a execução do contrato não exclui ou reduz sua responsabilidade.

11.54. A CONTRATADA deverá comunicar ao CONTRATANTE, por meio da Assistência Militar, sempre que houver necessidades de adequações a execução do serviço, seja por imposição técnica ou impedimento físico, bem como nos casos em que se verificarem dúvidas ou eventuais omissões de detalhes de execução.

11.55. Será de responsabilidade exclusiva da CONTRATADA a quantificação dos materiais e serviços para a execução do objeto, que assumirá sua execução integral e completa.

11.56. A execução dos serviços, bem como os materiais a serem empregados deverão ser novos e comprovadamente de primeira qualidade, deverá atender ao exigido neste documento e nas Normas e especificações da ABNT e dos fabricantes dos materiais.



ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

11.57. Responder por todas as despesas diretas e indiretas que incidam ou venham a incidir sobre a execução contratual, inclusive as obrigações relativas a salários, previdência social, impostos, encargos sociais e outras providências, respondendo obrigatoriamente pelo fiel cumprimento das leis trabalhistas e específica de acidentes do trabalho e legislação correlata, aplicáveis ao pessoal empregado para execução do contrato.

11.58. Prestar imediatamente as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo CONTRATANTE, salvo quando implicarem em indagações de caráter técnico, hipótese em que serão respondidas no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas.

11.59. Manter, durante a vigência do Contrato, as mesmas condições que propiciaram a sua habilitação e classificação no processo licitatório, em especial a equipe de técnicos, indicados para fins de capacitação técnica-profissional, admitindo-se, excepcionalmente, a substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pelo gestor do contrato e ratificada pelo seu superior.

11.60. Se for necessária a prorrogação do Contrato, a CONTRATADA ficará obrigada a providenciar a renovação do prazo de validade da Garantia de Cumprimento do Contrato, nos termos e condições originalmente aprovados pelo CONTRATANTE.

11.61. A CONTRATADA cuidará para que os serviços a serem executados acarretem a menor perturbação possível aos serviços do Fórum, às vias de acesso, e a todo e qualquer bem, público ou privado, adjacente ao local de execução dos serviços.

11.62. Todo o transporte de equipamentos ficará a cargo da CONTRATADA.

11.63. Manter os veículos utilizados no transporte do objeto em perfeitas condições de trafegabilidade, equipados com todos os equipamentos de segurança exigidos pelo Código Brasileiro de Trânsito.

11.64. A CONTRATADA deverá executar os serviços previstos neste documento nos horários compreendidos entre 8h e 18h de dias úteis. Caso os serviços dessa natureza ocorram fora do horário especificado, a CONTRATADA deverá solicitar autorização da FISCALIZAÇÃO, que avaliará a possibilidade de realização desses serviços.

11.65. Para a perfeita execução e completo acabamento dos serviços, a CONTRATADA se obriga, sob as responsabilidades legais vigentes, a prestar toda assistência técnica e administrativa necessárias para imprimir andamento conveniente aos trabalhos.

11.66. Providenciar, guardar, controlar e utilizar todas as ferramentas, máquinas, aparelhos e equipamentos necessários à perfeita execução dos serviços contratados.

11.67. Facilitar a inspeção dos materiais, ferramentas e equipamentos por parte da FISCALIZAÇÃO, facultando-a o acesso aos escritórios, depósitos ou quaisquer outras dependências que, direta ou indiretamente, se relacionem com o objeto do contrato.



ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

11.68. Solicitar prévia e expressa autorização do CONTRATANTE durante as ocasiões de eventual substituição de materiais especificados.

11.69. Providenciar a imediata troca, sem ônus para o CONTRATANTE, de todos os materiais, ferramentas ou equipamentos impugnados pela FISCALIZAÇÃO, por má qualidade, por reprovação em ensaios ou discrepância com as especificações de projeto.

11.70. Apresentar amostras de materiais e equipamentos para verificação e eventuais ensaios técnicos normatizados, aleatórios e a critério do CONTRATANTE com ônus do custo para a CONTRATADA quando e se ocorrerem.

11.71. Fornecer materiais em quantidades que não permitam a interrupção dos serviços.

11.72. Fornecer também todos os dispositivos e acessórios, materiais ou ferramentas, eventualmente não mencionados em especificações e/ou não indicados, mas imprescindíveis à completa e perfeita realização dos Serviços objeto deste Termo de Referência.

11.73. A CONTRATADA deverá garantir todos os serviços, quer sejam de construção civil, quer sejam referente ao fornecimento e instalações de equipamentos, de uma forma geral, contra vícios, defeitos ou incorreções, nos termos e nos prazos da legislação vigente reparando-as imediatamente após o recebimento da comunicação.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO REGIME DE EXECUÇÃO

12.1. O contrato será realizado por execução indireta, sob o regime de empreitada por preço unitário.

12.2. O serviço adicionado ao contrato ou que sofra alteração em seu quantitativo ou preço deverá apresentar preço unitário inferior ao preço de referência da Administração Pública divulgado por ocasião da licitação, mantida a proporcionalidade entre o preço global contratado e o preço de referência, ressalvada a exceção prevista no subitem anterior e respeitados os limites do previstos no § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – ESCOPO DOS SERVIÇOS

13.1. O objeto deste instrumento está descrito em lote único conforme item 1.1.1. do Termo de Referência, deve funcionar como uma solução e sistema integrado de segurança, devendo dessa forma o seu fornecimento estar vinculado ao perfeito funcionamento do sistema instalado e integrado a uma central de monitoramento e controle.

13.2. A solução contratada compreende a instalação de todos os materiais em 02 (dois) ambientes distintos, localizados dentro do Fórum Clovis Beviláqua, de forma integrada e em conformidade com as especificações técnicas descritas no Anexo I e dos projetos de infraestrutura elétrica e de rede constantes do Anexo II do Termo de Referência.



ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

13.3. A descrição e localização exata dos ambientes, posicionamento das câmeras, sensores de alarmes, controle de acesso, central de monitoramento, central de alarme e outros materiais descritos no item 1.1.1. neste termo, estão especificados nos Anexos I e II do Termo de Referência.

13.4. O local de realização dos serviços está descrito na Cláusula Décima Quarta deste Contrato.

13.5. A aplicação do sistema visa sua funcionalidade de forma ininterrupta em regime 24x7 (vinte e quatro horas por dia, sete dias por semana).

13.6. A solução e sistemas propostos neste termo não deverão, neste primeiro momento, estar integrados a rede de dados corporativo do Tribunal de Justiça do Ceará, devendo ser completamente isolados.

13.7. As câmeras de rede com infravermelho tipo Bullet (item 1) deverão ser instaladas interna e externamente ao ambiente do Depósito de provas bélicas (DEPROB) conforme descrito no Anexo II do Termo de Referência.

13.8. O fornecimento e instalação de ponto de câmera de rede de dados CAT 6 e de ponto elétrico com infraestrutura (item 15) esta descrito e dimensionados conforme Anexo I e II do Termo de Referência , e visa a comunicação e trafego de dados entre o ambiente do Depósito de provas bélicas (DEPROB) e a Sala de Monitoramento.

13.9. A central de monitoramento de imagens será composta pelos equipamentos dos itens de 1 a 10 (item 1.1) e terá a alocação de equipamentos compartilhado entre os dois ambientes, DEPROB e Sala de monitoramento, conforme descrito no Anexo I e II do Termo de Referência.

13.10. A central de monitoramento deverá ter a finalidade de gerenciar as câmeras nativas IP do sistema de segurança, bem como transmitir e gravar as imagens por elas capturadas, usando uma plataforma dedicada, estando incluso nesta solução uma estação de trabalho que terá a finalidade de gerenciamento conjunto com os demais sistemas de controle de acesso e alarmes inclusos neste termo, conforme itens 11 e 13 do lote único do item 1.1. do Termo de Referência.

13.11. O controle de acesso (item 11 do lote único, do item 1.1) trata-se de equipamento para controle de entrada ao ambiente do Depósito de Provas Bélicas (DEPROB) para três portas, 01(um) para a porta externa e 02(duas) para portas internas do ambiente, conforme descrito nos anexos I e II do Termo de Referência. O controle e cadastramento desse sistema deverá ser realizado integrado a mesma estação de trabalho destinada a central de monitoramento, composta pelos itens de 2 a 10 do lote único (item 1.1). Deverão ser utilizados os mesmos gabinetes de acomodação do sistema de monitoramento de imagens para os equipamentos do controle de acesso quando necessário.

13.12. O vídeo Monitor (item 12 do lote único, do item 1.1.) trata-se de equipamento a ser instalado na porta de acesso principal do Depósito de Provas Bélicas (DEPROB), objetivando a visualização de usuário não cadastrado, por quem estiver dentro do ambiente do DEPROB, visando a decisão de autorização ou não de



ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

acesso ao ambiente sem a necessidade de abertura da porta de segurança, conforme especificação do Anexo I do Termo de Referência.

13.13. A central de monitoramento de alarme (item 13 do lote único, do item 1.1) consiste na instalação dentro do ambiente do depósito de provas bélicas (DEPROB) de sensores de movimento e sirene, conforme especificação em Anexo I e localização em Anexo II. O controle da central de monitoramento de alarme será realizado na mesma estação de trabalho da central de monitoramento de imagens, dentro do ambiente da sala de monitoramento. Serão utilizados para os equipamentos da central de alarme, quando necessário, os mesmos gabinetes de acomodação do sistema de monitoramento de imagens descritos no item 5, anexo I do Termo de Referência.

13.14. Para os itens de 1 a 13 do lote único (item 1.1 e ANEXO I do Termo de Referência) deverão estar inclusos todos os serviços de mão de obra de instalação e configuração dos sistemas, quando for o caso, devendo nas propostas de preços estar inserido os referidos custos por item.

13.15. O treinamento no item 14 do lote único (item 1.1 e anexo I do Termo de Referência) está descrito na cláusula 15 (Treinamento e capacitação de pessoal) deste contrato, assim como no ANEXO I do Termo de Referência.

13.16. O fornecimento da INFRAESTRUTURA necessária para instalação de toda a solução prevista e equipamentos adquiridos, encontra-se descrita no item 15 do lote único, do item 1.1 e no ANEXO II do Termo de Referência (Projeto de infraestrutura).

13.17. Especificações técnicas dos equipamentos: Descritas no Anexo I do Termo de Referência.

13.18. Especificações Técnicas dos serviços:

13.18.1. A contratada deverá fornecer, instalar e configurar os equipamentos em seu local de utilização de modo a deixá-los em perfeito estado de operação.

13.18.2. Os materiais adotados e os serviços a serem executados deverão atender:

- a) Às normas e especificações descritas do Termo de Referência;
- b) Às normas da ABNT em vigor, com ênfase a NBR 5410 – Instalações Elétricas de Baixa Tensão;
- c) Às Normas Regulamentadoras de Segurança e Saúde no Trabalho – NR's;
- d) Às prescrições e recomendações dos fabricantes.
- e) Às normas internacionais consagradas, na falta das normas da ABNT.

13.18.3. A programação de atividades deverá ser realizada de forma a manter a área onde os serviços serão executados devidamente isolada e sinalizada.

13.18.4. A CONTRATADA será responsabilizada por quaisquer acidentes envolvendo servidores e/ou usuários.

13.18.5. A CONTRATADA utilizará a energia elétrica do CONTRATANTE para a realização dos serviços.



ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

13.18.6. No caso da utilização de equipamentos de alto consumo de energia, a CONTRATADA deverá consultar a FISCALIZAÇÃO para proceder com a instalação do equipamento na rede existente.

13.18.7. Tal como ocorrerá com o consumo de energia elétrica, a CONTRATADA poderá se utilizar da infraestrutura de água existente do CONTRATANTE, contudo, deverá zelar para que as utilizações desses insumos não perturbem os trabalhos dos servidores e magistrados, bem como não cause danos às instalações existentes.

13.18.8. A CONTRATADA responderá e reparará, sem qualquer ônus para o CONTRATANTE, qualquer dano ou avaria nos subsistemas supracitados decorrente da utilização destes na execução dos serviços.

13.18.9. A CONTRATADA deverá arcar com todas as despesas decorrentes da eventual execução de trabalhos, quer com os insumos, a mão de obra, as instalações e equipamentos necessários à plena execução dos serviços contratados, bem como todos os testes necessários à aceitação e recebimento deles.

13.18.10. Conforme o art. 75 da Lei Nº 8.666/93, salvo disposições em contrário constante do edital, do convite ou de ato normativo, os ensaios, testes e demais provas exigidas por normas técnicas oficiais para a boa execução do objeto do contrato correm por conta da CONTRATADA.

13.18.11. A CONTRATADA deverá refazer de imediato, às suas exclusivas expensas, qualquer trabalho inadequadamente executado e/ou recusado pelo CONTRATANTE, sem que isso represente custo adicional. Não haverá, por isso, tolerância de atrasos ou prorrogação dos prazos previstos para a execução dos serviços.

13.18.12. Todos os materiais sucateados e entulhos resultantes dos serviços executados pela CONTRATADA, sem exceção, deverão ser removidos, durante o desenvolvimento dos serviços e imediatamente após a conclusão dos serviços.

13.18.13. Deverão ser fornecidos e instalados todos os equipamentos e materiais de acordo com as especificações descritas por este Termo de Referência.

13.18.14. A proteção e segurança do pessoal envolvido na execução desse serviço, bem como a prevenção para evitar acidentes com funcionários e visitantes do prédio é de inteira responsabilidade da CONTRATADA.

13.18.15. Após a conclusão de todas as instalações, deverá ser realizado a configuração dos equipamentos, com seus respectivos ensaios e testes com o intuito de verificar o seu perfeito funcionamento.

13.18.16. Os instrumentos e demais acessórios requeridos para realização dos ensaios e testes deverão ser disponibilizados pela CONTRATADA.

13.18.17. A CONTRATADA deve entregar ART devidamente assinada por Engenheiro Eletricista ou Eletrônico capacitado quanto a responsabilidade de instalação e configuração destes equipamentos.

13.19.18. Deverão ser entregues, em meio digital e impresso em 3 vias, os manuais de operação e manutenção dos equipamentos e dos sistemas, em língua portuguesa, complementados com catálogos e folhetos técnicos dos equipamentos, com os seguintes requerimentos mínimos:



ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

- a) Descrição e características operacionais do produto;
 - b) Lista completa de todas as ferramentas especiais e peças sobressalentes;
 - c) Catálogo de todos os componentes;
 - d) Relação de peças de reposição;
 - e) Relação de fornecedores dos produtos utilizados.
- f) Os documentos entregues serão sujeitos ao exame pela FISCALIZAÇÃO, que os aprovará ou determinará ajustes e correções quando necessário.

13.19. Sobre a terceirização dos serviços, é vedada a subcontratação total ou parcial da execução do objeto deste Termo de Referência.

13.20. São expressamente vedadas à FORNECEDORA:

13.20.1. A contratação de servidor pertencente ao quadro de pessoal do TJCE durante a vigência do contrato;

13.20.2. Contratar empregados que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros ou juízes vinculados ao TJCE;

13.20.3. A veiculação de publicidade acerca do contrato, salvo se houver prévia autorização da Administração do TJCE.

13.21. Será responsabilidade da empresa CONTRATADA a garantia de todos os equipamentos e fornecimentos contratados, incluindo todos os sistemas e infraestrutura fornecida, através de Suporte técnico no período mínimo de 36 (TRINTA E SEIS) meses, após entrega definitiva do objeto (sistema instalado e em pleno funcionamento), referente a manutenção e assistência técnica na modalidade tipo *On Site*, conforme descrito na cláusula 18 (DA GARANTIA, MANUTENÇÃO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA) deste Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA FORMA DE FORNECIMENTO, ENDEREÇO E PRAZO PARA ENTREGA

14.1. Após o recebimento da Nota de Empenho, O FORNECEDOR DEVERÁ ENTREGAR O MATERIAL, LOTE ÚNICO, EM ATÉ 60 (SESSENTA) DIAS CORRIDOS, devidamente montado e instalado, no local indicado a seguir e que será estipulado na respectiva Nota de Empenho:

Fórum Clóvis Beviláqua – Depósito de Provas Bélicas e Sala de Segurança

Rua Desembargador Floriano Benevides Magalhães, nº 220

Bairro Edson Queiroz

Fortaleza-CE. Chefia da Assistência Militar do TJCE – (85) 3207.7070 / 7066



ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

14.2. O recebimento do produto só será realizado pelo total constante na Nota de Empenho, ressalvados casos previamente acordados e autorizados de interesse exclusivo do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, para os quais poderá haver tolerâncias de entregas parceladas, se justificadas.

14.3. O recebimento dos produtos, mesmo que provisório, será realizado de segunda-feira à sexta-feira no horário de 8hs00 as 12hs00 e de 13hs00 as 17hs00.

14.4. Demais informações e esclarecimentos serão fornecidos pelo Assistente Militar do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, através dos números telefônicos: (85) 3207.7070 e (85) 3207.7066.

14.5. As pessoas a serviço da empresa contratada deverão estar sempre identificadas através de crachá e fardamento corporativo obrigatoriamente com calça longa e, sempre que o produto ou atividade demandar, utilizar os devidos equipamentos de proteção individual.

14.6. A contratada deverá, obrigatoriamente, fornecer todos os equipamentos de segurança (EPI) em quantidades suficientes a seus funcionários e exigir-lhes o uso, sempre que o produto ou atividade demandar, durante toda a prestação dos serviços, de acordo com as Normas de Segurança e Medicina do Trabalho.

14.7. A Contratada fornecerá todos os componentes, acessórios, ferramentas e materiais necessários para a instalação, conexão e operação do Sistema, tais como cabo UTP, fibra óptica, conexões, patch panel, patch cord, fios, canaletas, abraçadeiras, eletrodutos, caixas de passagem, tampas cegas, buchas, parafusos e tomadas, além de qualquer outro item indispensável para a instalação de maneira eficiente e segura.

14.8. Todos os materiais empregados na instalação deverão ser novos, e deverão satisfazer rigorosamente às condições estipuladas pelas normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas-ABNT e por estas especificações.

14.9. A contratada deverá ter suas próprias ferramentas, tais como escada, furadeira elétrica e tudo que se faça necessário para a instalação do sistema de CFTV, alarmes e sensores.

14.10. Quando for solicitado pela Assistência Militar, a empresa contratada deverá fornecer relação com os nomes dos seus funcionários encarregados pelo transporte do material.

14.11. A contratada deverá dispor de equipamentos de transporte (carros plataformas, armazéns, empilhadeiras, etc), quando necessários, sendo de sua responsabilidade exclusiva todo e qualquer custo com os serviços de entrega, montagem e/ou substituição dos produtos, bem como com o transporte e alimentação de seus funcionários.

14.12. Todos os tributos, encargos e emolumentos incidentes, bem como as despesas de embalagem, montagem e instalação já devem estar inclusos nos preços cotados.

14.13. A entrega de todos os objetos adquiridos e instalação deverá ser no Depósito de Provas Bélicas, localizado no subsolo do Fórum Clóvis Beviláqua e sala de monitoramento, localizado na sala da segurança do Fórum da Assistência Militar do TJCE.



ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

14.14. As entregas dos objetos de contratação estão condicionadas a instalação de todos os produtos adquiridos, em lote único, pela contratada, em local indicado pela Assistência Militar do TJCE, conforme pontos identificados pela assistência militar, podendo haver modificações a critério de estudo detalhado dos locais em conjunto com a empresa contratada;

14.15. A contratada deve realizar a instalação de todos os objetos contratados, em lote único, de forma integrada, englobando o sistema de alarmes, circuito fechado de monitoramento e controle de acesso ao ambiente do Depósito de provas Bélicas- DEPROB, e sala de monitoramento do ambiente, conforme projeto de infraestrutura no Anexo II (sigiloso), podendo ser acessado fisicamente junto a Assistência Militar do TJCE, conforme item 16 do termo de Referência, obedecendo a política de segurança e de informação deste Poder Judiciário.

14.16. Qualquer licença necessária para o funcionamento do sistema adquirido, descrito eventualmente em algum item, deverá ter validade permanente (sem período de expiração) e as atualizações do sistema deverão ser gratuitas por, pelo menos, 36 (trinta e seis) meses;

14.17. A instalação do Sistema de Circuito Fechado digital de TV – CFTV, alarmes, controle de acesso e demais, deverão ser feitos por pessoal técnico qualificado.

14.18. A CONTRATADA deverá providenciar a instalação elétrica e de rede necessária aos equipamentos que fornecerá, não se admitindo, durante a execução dos serviços de instalação dos equipamentos e nas instalações elétricas, emendas de fios e cabos.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DO TREINAMENTO E CAPACITAÇÃO DO PESSOAL
TÉCNICO E OPERADORES INDICADOS PELA CONTRATANTE**

15.1. O treinamento deverá ser aprovado previamente pelo Gestor do Contrato, no idioma português brasileiro, e deverá estar coerente com os equipamentos fornecidos e instalados.

15.2. Treinamento de todo o sistema após a instalação, a ser realizado nas dependências do CONTRATANTE, na cidade de instalação, em data e horário estabelecidos pela CONTRATANTE, com carga horária mínima de 32 (trinta e duas) horas, sendo 16 (dezesseis) horas para equipe de manutenção e 16 (dezesseis) horas para a equipe de monitoramento, todo o material didático deverá estar incluso sem custos para a CONTRATANTE.

15.3. O treinamento para a equipe de manutenção deverá abordar todos os pontos referentes a administração do sistema sendo possível após o treinamento a equipe estar plenamente capaz de operar todas as funções básicas do sistema.



ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

15.4. O treinamento para a equipe de monitoramento deverá abordar todos os pontos referentes ao monitoramento do sistema sendo possível após o treinamento a equipe estar plenamente capaz de operar todas as funções básicas do sistema.

15.5. O treinamento precisa ser validado por toda a equipe que a contratante disponibilizará. Caso o treinamento não seja 100% validado caberá a CONTRATADA refazer o treinamento até que seja validado 100% pela equipe.

15.6. O treinamento deve estar inserido dentro da ordem de serviço, sendo requisito de fornecimento para realização do recebimento definitivo do objeto, de acordo com a cláusula 10 deste termo, dessa forma, o treinamento deverá ser realizado antes do início da operacionalização do sistema.

15.7. A CONTRATADA fica obrigada a realizar treinamento específico nos casos de atualizações de software.

15.7.1. A inexecução da obrigação acima descrita acarretará na mesma sanção prevista no item 6.28.3 deste Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DAS VEDAÇÕES

16.1. Não será admitida a subcontratação total ou parcial da execução do objeto deste Contrato.

16.2. É vedado à CONTRATADA:

16.2.1. Caucionar ou utilizar este Termo de Contrato para qualquer operação financeira;

16.2.2. Transferir ou ceder direitos ou obrigações deste contrato, salvo com autorização expressa do CONTRATANTE, concedida após análise e aprovação da documentação exigida.

16.2.3. Interromper a execução dos serviços/atividades sob alegação de inadimplemento por parte do CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

16.2.4. A contratação de servidor pertencente ao quadro de pessoal do CONTRATANTE durante a vigência do contrato.

16.2.5. A contratação de empregados que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros ou juízes vinculados ao Tribunal de Justiça do Estado do Ceará.

16.2.6. A veiculação de publicidade acerca deste contrato, salvo se houver prévia autorização da Administração do CONTRATANTE.



ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

**CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DOS CRITÉRIOS DE RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO
DO OBJETO**

17.1. O recebimento definitivo está condicionado a instalação de todos os produtos adquiridos e treinamento previsto, e se dará em até 10 (dez) dias corridos, contados da instalação de todos os objetos contratados, de acordo com o estabelecido a seguir.

17.2. O Recebimento dos serviços de fornecimento, instalação, configuração e treinamento executados pela CONTRATADA será efetivado através do Termo de Recebimento Definitivo.

17.3. Para o recebimento definitivo é necessário o treinamento previsto na Clausula Décima Quinta deste Contrato, devendo ser atestado pela CONTRATANTE, através do GESTOR DE CONTRATO.

17.4. O recebimento definitivo será efetuada após o(s) teste(s) do sistema e verificação da perfeita operação entre os ambientes previstos, incluindo a entrega de toda a documentação e apresentação dos sistemas integrados, devendo ser realizada em até 60 (sessenta dias) após a emissão da Nota de Empenho.

17.5. Os serviços contratados neste termo de referência somente serão recebidos pelo TJCE após o atendimento de todas as condições estabelecidas neste Termo de Referência desde que atingido o fim que se destinam, com eficácia e qualidade requerida.

17.6. A CONTRATADA deverá solicitar ao Gestor do Contrato, por comunicação escrita e com antecedência mínima de 5 (cinco) dias do término do prazo de execução a vistoria do objeto pela FISCALIZAÇÃO para verificação dos serviços executados com fins de recebimento definitivo, o qual deverá coincidir com o prazo estipulado na Clausula Terceira deste Contrato.

17.6.1. A FISCALIZAÇÃO recusará o recebimento do objeto, caso haja não conformidades quanto às especificações.

17.7. A CONTRATADA fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à FISCALIZAÇÃO não atestar o recebimento até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas na tentativa de recebimento definitivo.

17.8. No recebimento definitivo dos serviços, a CONTRATADA deverá entregar ao TJCE:

17.8.1. Termo de Garantia pelo prazo de, no mínimo, 36 (trinta e seis) meses dos equipamentos, infraestrutura e de todos os serviços executados, conforme Clausula Décima Oitava deste Contrato.

17.8.2. Certificado de treinamento com o nome de todos os participantes, conforme previsto na Clausula Décima Quinta deste Contrato.



ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

17.9. O recebimento definitivo do objeto licitado não exime a CONTRATADA, em qualquer época, das garantias concedidas e das responsabilidades assumidas em contrato e por força das disposições legais em vigor (Lei Nº 10.406, de 2002).

17.10. Quando da realização do recebimento definitivo se verificar discrepâncias, incompatibilidades com as especificações deste Termo de Referência, ou performances dos equipamentos abaixo das especificadas, será aberto prazo de 5 (cinco) dias úteis para correções e complementações consideradas necessárias para a realização de nova tentativa de recebimento. Caso seja impossível o cumprimento do prazo citado, a CONTRATADA deverá apresentar, formalmente, justificativa fundamentada que será analisada pelo Gestor do Contrato.

17.11. No tempo do Contrato estão incluídos os tempos para recebimento, inclusive aqueles necessários para eventuais correções, caso haja discrepâncias ou incompatibilidades, sob pena de aplicação de sanções cabíveis.

17.12. A execução dos serviços de fornecimento, instalação, configuração só se dará por concluída após o término da retirada dos entulhos e completa limpeza de todas as áreas trabalhadas. Os detritos resultantes das operações de transporte ao longo de qualquer via pública deverão ser removidos imediatamente pela CONTRATADA, sob suas expensas.

17.13. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

17.14. Caso a nova entrega ainda se verifique fora dos padrões deste Termo, o Tribunal de Justiça do Ceará optará entre notificar novamente a CONTRATADA ou declarar o inadimplemento da avença administrativa, com a aplicação das sanções pertinentes.

17.15. O recebimento definitivo não exclui a responsabilidade civil pela solidez e segurança dos produtos, nem ético-profissional pela perfeita execução do estabelecido na ata de registro de preços, dentro dos limites estabelecidos pela lei

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DAS GARANTIAS E CONDIÇÕES DOS MATERIAIS

18.1. Os produtos deverão obedecer às prescrições e exigências contidas nas especificações deste Termo de Referência, bem como todas e quaisquer normas ou regulamentações intrínsecas ao tipo de fornecimento.

18.2. A garantia da solução e dos equipamentos deverá ser integral de no mínimo 36 (trinta e seis) meses contra defeito de fabricação, sem ônus para o cliente. O prazo de garantia só será contado a partir do primeiro dia útil sucessivo ao recebimento definitivo do material.

18.3 Durante o prazo de garantia dos sistemas e materiais, a contratada oferecerá assistência técnica e/ou visita técnica permanente e gratuita e ficará obrigada a reposição de peças e componentes que vierem a apresentar defeitos de fábrica e defeitos posteriores que não se caracterizam por mau uso da mercadoria.



ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

18.4. Quaisquer irregularidades, tanto de vícios/defeitos nos produtos, como nos prazos e quantidades de fornecimento, deverão ter sua correção no prazo máximo de 4 (quatro) dias corridos após formalizada a reclamação, conforme tabela descrita na Clausula Décima Nona em especial.

18.5. A CONTRATADA deverá garantir os equipamentos, objeto deste Termo, contra defeitos de fabricação, dentro do prazo oferecido pelo fabricante, responsabilizando-se pela substituição, tudo sem qualquer ônus para a CONTRATANTE.

18.6 A CONTRATADA deverá garantir a existência de peças e/ou partes para reposição, de acordo com o art. 32, do Código de Defesa do Consumidor.

18.7. A Empresa CONTRATADA deverá comprovar a existência de empresa de assistência técnica autorizada na capital de Fortaleza e garantia dos equipamentos instalados.

18.8. A Empresa CONTRATADA deverá fazer atualização e manutenção e o suporte de todos os softwares básicos durante o prazo de vigência do contrato.

18.9 A CONTRATADA deve estar preparada para realizar os procedimentos fora do horário comercial e em dias sem expediente (sábados, domingos e feriados).

18.10. A Empresa CONTRATADA deverá fornecer suporte técnico para o Hardware e Software até o fim do prazo do contrato, sem ônus adicional para o Tribunal de Justiça, procedendo à manutenção ou substituição que se fizer necessária nos equipamentos e software.

18.11. Todo atendimento de manutenção e suporte técnico deve ser realizado *on site*.

18.11.1. Garantia On site: Modalidade de garantia exigida para equipamentos de grande porte ou para equipamentos cuja desinstalação/remoção possa ocasionar prejuízos as atividades das unidades do Poder Judiciário. Nessa modalidade, a assistência técnica autorizada/especializada deverá proceder aos reparos no local onde se encontrar os equipamentos.

18.12. Caso seja necessária a retirada de qualquer equipamento para manutenção, durante o período de vigência do contrato, a Empresa CONTRATADA deverá providenciar provisoriamente outro equipamento obedecendo às especificações mínimas dos equipamentos substituídos, até o retorno do equipamento retirado.

18.13. A ASSISTÊNCIA TÉCNICA/MANUTENÇÃO CORRETIVA contemplará os procedimentos necessários para manter os equipamentos de monitoramento e segurança, objeto deste Termo, em perfeitas condições técnicas de funcionamento, incluindo a substituição de peças ou de equipamentos na impossibilidade de correção do defeito, por outro do mesmo modelo ou superior, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, sem ônus para a CONTRATANTE.

18.14. As retiradas e procedimentos programados só deverão ser realizados fora de horário comercial de acordo com a necessidade do Tribunal de Justiça.



ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

18.15 O Tribunal de Justiça permitirá o acesso dos técnicos credenciados da Empresa CONTRATADA às instalações onde se encontrarem os equipamentos, para a prestação dos serviços de manutenção e suporte técnico, que ficarão sujeitos às normas internas de segurança do Órgão, notadamente aqueles referentes à identificação, trânsito e permanência nas dependências.

18.16. Todas as despesas decorrentes da necessidade de substituição de equipamento serão de responsabilidade da Empresa CONTRATADA, não gerando nenhum ônus para o Tribunal de Justiça.

18.17. As remoções dos equipamentos, peças ou componentes, quando necessário para a execução dos serviços de assistência técnica (manutenção corretiva) se dará mediante autorização prévia, escrita e fornecida pela autoridade competente (Gestor do Contrato), e os custos decorrentes correrão por conta da Empresa CONTRATADA, tanto nas retiradas, quanto nas devoluções, reinstalações, bem como aqueles porventura advindos por quaisquer danos ou avarias causadas em razão disso.

18.18. A assistência técnica será com cobertura de todos os itens descritos em proposta, incluindo instalação, desinstalação, reinstalação de peças e mão de obra referente a qualquer deslocamento de técnicos ou remoção de equipamento, relativos aos itens cobertos.

18.19. As peças de reposição para todos os equipamentos que se fizerem necessárias ao funcionamento dos equipamentos deverão ser novas e originais e fornecidos pela empresa CONTRATADA, sem ônus para o Tribunal de Justiça.

18.20. Toda manutenção corretiva nos equipamentos deverá ser solicitada em ordem de serviço.

18.21. A Empresa CONTRATADA deverá manter um escritório de Assistência Técnica, seja próprio ou terceirizado (alugado), em Fortaleza - CE, para cobertura de chamadas de manutenção ou reparo referentes aos equipamentos e softwares.

18.22. Para os equipamentos que apresentarem o mesmo defeito, durante o período de vigência do contrato, por mais de 3 (três) vezes, num intervalo de 90 (noventa) dias ou 4 (quatro) ou mais defeitos que comprometam o seu uso normal, num intervalo de 120 (cento e vinte) dias, deverá ser efetuada a substituição definitiva por outros novos, idênticos e sem ônus para a CONTRATANTE.

18.23. Os chamados técnicos referentes a falhas na instalação ou nos equipamentos deverão seguir os seguintes prazos para atendimento:

Prioridade	Prazo para Início do Atendimento	Prazo para Solução	Tipo de Ocorrência
Nível I	24 horas	48 horas	Ocorrências que impedem o funcionamento do sistema e que acarretam o risco iminente de segurança à Administração.



ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Nível II	48 horas	72 horas	Ocorrências que comprometem parcialmente o funcionamento do sistema e que poderão vir a agravar em um curto espaço de tempo.
Nível III	72 horas	96 horas	Ocorrências que não comprometem o funcionamento do sistema, porém incomodam servidores da Administração e usuários dos serviços.

18.24. Será considerado como data base para contagem do período de garantia, tanto da obra bem como dos equipamentos nela instalados, a data da emissão do Termo de Recebimento Definitivo, emitido pela comissão técnica de recebimento.

18.25. O reparo de qualquer componente, configuração ou defeitos de qualquer natureza que prejudiquem ou inviabilizem a utilização do sistema devem ser corrigidos de acordo com o tempo máximo definido na tabela acima.

18.26. Todos os chamados, bem como os respectivos serviços/correções devem ser apresentados num relatório mensal e enviados à contratante indicando os respectivos dias e horários de abertura do chamado e sua correção.

18.27. Para os problemas físicos nos equipamentos de sensores, sirenes, controle de acesso, centrais de alarme e monitoramento, a CONTRATADA deverá disponibilizar novo equipamento se o tempo de atendimento for superior ao estabelecido.

18.28. Os serviços relacionados com a manutenção e suporte técnico do CFTV deverão ser executados em conformidade com as Normas Técnicas da ABNT, com as especificações e recomendações dos fabricantes dos materiais, equipamentos e acessórios especificados, especificações técnicas e as orientações da Fiscalização do respectivo Contrato, designada pelo Tribunal de Justiça.

18.29. Pelo descumprimento de quaisquer condições estabelecidas nos subitens anteriores, poderão ser aplicadas as penalidades previstas na Lei 10.520/2002 cominada com as sanções prevista na Cláusula Décima Nona.

CLAUSULA DÉCIMA NONA – DAS SANÇÕES CONTRATUAIS

19.1. Durante a execução do contrato por falha, inexecução total ou parcial dos serviços contratados, pela execução desses serviços em desacordo com o estabelecido no Ato Convocatório e seus Anexos e/ou pelo descumprimento das obrigações assumidas, o CONTRATANTE poderá, garantida a prévia defesa e observada a gravidade da ocorrência, aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:
Advertência;



ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Multa;

Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração;

Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

19.2. As sanções de advertência, de suspensão temporária do direito de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas à CONTRATADA de forma distinta ou cumulativa.

19.3. Advertência:

19.3.1. A advertência poderá ser aplicada no caso de descumprimento parcial das obrigações e responsabilidades assumidas contratualmente, e nas situações que ameacem a qualidade do produto ou serviço, ou a integridade patrimonial ou humana.

19.3.2. A advertência poderá, ainda, ser aplicada no caso de outras ocorrências que possam acarretar transtornos ao desenvolvimento dos serviços do CONTRATANTE, a critério da FISCALIZAÇÃO, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave.

19.4. Multas:

19.4.1. O atraso injustificado no fornecimento dos materiais/produtos sujeitará o fornecedor à multa de:

a) 0,5% (cinco décimos por cento) ao dia sobre o valor total da contratação, limitada a incidência de 10 (dez) dias corridos;

b) 5% (cinco por cento) sobre o valor total da contratação, no caso de inexecução parcial;

- b.1) Entende-se por inexecução parcial o atraso injustificado por mais de 10 (dez) dias após o término do prazo fixado para a entrega do objeto, até o limite de 30 (trinta) dias;

c) 10% (dez por cento) sobre o valor total da contratação, no caso de inexecução total;

c.1) Entende-se por inexecução total o atraso injustificado por mais de 30 (trinta) dias após o término do prazo fixado para a entrega do objeto, sem que qualquer parcela do objeto tenha sido entregue;

19.4.2. O atraso injustificado à manutenção da Garantia e condições dos materiais ofertados objeto do contratado:

a) Aplicar 0,03% (três centésimos por cento) por dia de atraso, para atrasos menores ou iguais a 2 (dois) dias na falta de atendimento ao chamado de ocorrências nos prazos previstos de acordo com a Cláusula Décima Oitava em especial ao item ;18.23;

b) Aplicar 0,06% (seis centésimos por cento) por dia de atraso, para atrasos maiores que 02 (dois) dias na falta de atendimento ao chamado de ocorrências nos prazos previstos de acordo com a Cláusula Décima Oitava em especial ao item ;18.23;

c) 5% (cinco por cento) sobre o valor total da contratação pela não execução do chamado de manutenção.

19.4.3. Multa de 0,09% (nove centésimos por cento) sobre o valor contratado, por evento:



ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

a) Falha ou vício técnico no fornecimento do produto ou serviço, comprovado mediante comunicação formal do Fiscal ao Gestor do contrato, desde que a falha ou vício se repita por duas vezes. Nesta situação, já na primeira ocorrência, a contratada deve ser formalmente comunicada de sua falha pelo fiscal.

b) Desatendimento de determinação por escrito de autoridade ou preposto para acompanhar e fiscalizar a execução do serviço;

19.4.4. O valor da multa aplicada, após esgotado o prazo recursal, será deduzido da Garantia Contratual que houver sido prestada.

19.4.5. Caso a Garantia Contratual seja insuficiente para o pagamento da multa, o saldo devedor será deduzido em qualquer fatura de crédito que a CONTRATADA mantenha junto à CONTRATANTE.

19.5. Impedimento de licitar e de contratar com a Administração Pública Estadual e descredenciada no cadastro de fornecedores da Secretaria do Planejamento e Gestão do Estado do Ceará (SEPLAG), pelo prazo de até cinco anos.

19.6. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no cadastro de fornecedores da Secretaria do Planejamento e Gestão do Estado do Ceará (SEPLAG).

19.7. Declaração de Inidoneidade

19.7.1. A declaração de inidoneidade será aplicada quando constatada má-fé, ação maliciosa e premeditada em prejuízo do CONTRATANTE, atuação com interesses escusos, reincidência em faltas que acarretem prejuízo ao CONTRATANTE ou aplicações anteriores de sucessivas outras sanções, implicando proibição da CONTRATADA de transacionar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, podendo ser aplicada, dentre outros casos, quando:

a) Tiver sofrido condenação definitiva por ter praticado, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

b) Praticar atos ilícitos, visando frustrar os objetivos da licitação;

c) Demonstrar, a qualquer tempo, não possuir idoneidade para licitar ou contratar com o CONTRATANTE, em virtude de atos ilícitos praticados;

d) Reproduzir, divulgar ou utilizar, em benefício próprio ou de terceiros, quaisquer informações de que seus empregados tenham tido conhecimento em razão da execução do objeto, sem consentimento prévio do CONTRATANTE;

e) Cometer ato capitulado como crime pela Lei Nº 8.666/93, praticado durante o procedimento licitatório, que venha ao conhecimento do TJCE após a assinatura do contrato;

f) Apresentar ao TJCE qualquer documento falso ou falsificado, no todo ou em parte, com o objetivo de participar da licitação ou para comprovar, durante a execução do contrato, a manutenção das condições apresentadas na habilitação;



ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

19.8. Os recursos previstos no Art. 109, inciso I da Lei 8.666/93 deverão ser obrigatoriamente apresentados, em seu estado original, devidamente protocolados no TJCE, observado o prazo recursal, visando a instruir o respectivo processo licitatório.

CLAUSULA VIGÉSIMA – DA RESCISÃO

20.1. A inexecução total ou parcial do contrato oriundo do uso da ata de registro de preço enseja a sua rescisão, se houver uma das ocorrências prescritas no artigo 78 da Lei nº 8.666/93

20.2. Os procedimentos de rescisão contratual, tanto os amigáveis como os determinados por ato unilateral DO CONTRATANTE, serão formalmente motivados, asseguradas à CONTRATADA, na segunda hipótese, a produção de contraditório e a dedução de ampla defesa, mediante prévia e comprovada intimação da intenção da Administração para que, se o desejar, a CONTRATADA apresente defesa no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados de seu recebimento e, em hipótese de desacolhimento da defesa, interponha recurso hierárquico no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados da intimação comprovada da decisão rescisória.

20.3. A não manutenção das condições de habilitação pela CONTRATADA ensejará a rescisão contratual, sem prejuízo das demais sanções, sendo vedada a retenção de pagamento se a CONTRATADA não incorrer em qualquer inexecução do serviço ou o tiver prestado a contento.

20.4. A Administração concederá um prazo de 5 (cinco) dias para que a CONTRATADA regularize suas obrigações trabalhistas ou suas condições de habilitação, sob pena de rescisão contratual, quando não identificar má-fé ou a incapacidade da empresa de corrigir a situação. Fica esclarecido que até a regularização das obrigações, o pagamento não será efetuado, em razão de que não foram apresentadas as comprovações exigidas para tal.

20.5. Quanto à sua forma a rescisão poderá ser:

20.5.1. Por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do artigo 78 da Lei nº 8.666/93;

20.5.2. Amigável, por acordo entre as partes, reduzidas a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a Administração;

20.5.3. Judicial, nos termos da legislação.

20.6. DA RESCISÃO COM RESSARCIMENTO DE PREJUÍZOS – A rescisão do contrato com base nos incisos XII a XVII do artigo 78 da Lei nº 8.666/93 obedecerá ao previsto no § 2º do artigo 79 da mesma Lei.

20.7. DAS CONSEQUÊNCIAS DA RESCISÃO ADMINISTRATIVA POR INADIMPLÊNCIA CULPOSA – A rescisão com base nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei nº 8.666/93 acarreta as consequências previstas no artigo 80 da mesma Lei.



ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

20.8. DA OCUPAÇÃO E UTILIZAÇÃO DO LOCAL, INSTALAÇÃO, EQUIPAMENTOS, MATERIAL E PESSOAL – A aplicação das medidas previstas nos incisos I e II do artigo 80 da Lei nº 8.666/93 fica a critério da Autoridade competente, que poderá dar continuidade à execução do objeto do contrato por execução direta ou indireta e, na hipótese do inciso II do mesmo artigo, deverá ser seguida a orientação constante no parágrafo 3º do mesmo artigo.

20.9. DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL E EXTRAJUDICIAL – É permitido à CONTRATADA, no caso de recuperação judicial e extrajudicial, manter o presente contrato, assumindo o controle de determinadas atividades necessárias a sua execução.

20.10. A rescisão fundamentada por razões de interesse público ou a ocorrência de caso fortuito ou de força maior dará à CONTRATADA o direito a liberação da garantia contratual e ao recebimento do(s) valor(es) pertinente(s) aos serviços executados e aceitos

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DO ORDENADOR DE DESPESAS E DO GESTOR DO CONTRATO

21.1. Secretário de Finanças do Tribunal de Justiça do Ceará – SEFIN

21.2. Secretário de Administração do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará – SECAD

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

22.1. Este contrato rege-se pela Lei nº 8.666/93, alterada pelas Leis nº 9.648/1998, nº 9.854/1999 e demais legislação federal correlata, medidas provisórias, bem como pelos preceitos de Direito Público, regulamentos, instruções normativas e ordens de serviços emanados de órgãos públicos, aplicando-se lhes, supletivamente, nos casos omissos, os princípios gerais dos contratos e demais disposições de Direito Privado.

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA – DA PUBLICAÇÃO

23.1. Incumbirá à Contratante providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial da União, no prazo previsto na Lei nº 8.666, de 1993.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA – DO FORO

24.1. Fica eleito o foro de Fortaleza (CE), para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente Contrato, caso não possam ser resolvidos por via administrativa, com renúncia de qualquer outro por mais privilegiado que seja.



ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

24.2. E, por estarem justos e acertados, firmam o presente em 02(duas) vias de igual teor e forma, na presença das testemunha(s) que também o assinam, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, devendo seu extrato ser publicado no Diário da Justiça.

Fortaleza, 03 de maio de 2017.


Des. Francisco Gladyson Pontes

~~Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará~~


Dr. Luis Eduardo de Menezes Lima

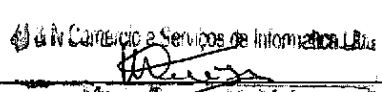
SUPERINTENDENTE DA ÁREA ADMINISTRATIVA DO TJCE


Dr. Moisés Antônio Fernandes Monte Costa

SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E INFRAESTRUTURA DO TJCE


Dr. José Joaquim Neto Cisne

SECRETÁRIO DE FINANÇAS DO TJCE


Sra. Maria Tereza M. Melo

Sra. Maria Tereza Mesquita Melo

**Representante legal da empresa M & N COMÉRCIO E SERVIÇOS DE INFORMÁTICA LTDA-
ME**

CONTRATADA (ASSINATURA/CARIMBO)

Testemunhas: _____



ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

ANEXO ÚNICO

Item	Descrição	Unidade	Qtde	Marca	Valor Unitário	Valor Total
1	CÂMERA DE REDE COM INFRAVERMELHO TIPO BULLET	Unidade	12	Vivotek	R\$ 1.360,00	R\$ 16.320,00
2	SERVIDOR PARA GERENCIAMENTO DE IMAGENS E CONTROLE DE ACESSO	Unidade	1	Accept	R\$ 12.455,00	R\$ 12.455,00
3	ESTAÇÃO DE GERENCIAMENTO DE IMAGENS E CONTROLE DE ACESSO	Unidade	1	Accept	R\$ 8.978,00	R\$ 8.978,00
4	GABINETE PARA ACOMODAÇÃO DE EQUIPAMENTOS (SALA DE MONITORAMENTO)	Unidade	1	Womer	R\$ 565,00	R\$ 565,00
5	GABINETE PARA ACOMODAÇÃO DE EQUIPAMENTOS (DEPÓSITO DE PROVAS BÉLICAS)	Unidade	1	Womer	R\$ 1.953,64	R\$ 1.953,64
6	MÓDULO DE AUTONOMIA DE ENERGIA	Unidade	2	APC	R\$ 2.571,00	R\$ 5.142,00
7	COMUTADOR COM 24 ENTRADAS POE	Unidade	1	Vivotek	R\$ 6.540,00	R\$ 6.540,00
8	COMUTADOR COM 24 ENTRADAS	Unidade	1	HP	R\$ 2.120,00	R\$ 2.120,00
9	TV/MONITOR	Unidade	1	LG	R\$ 2.650,00	R\$ 2.650,00
10	SISTEMA DE GERENCIAMENTO DE CÂMERAS	Unidade	1	Gentec	R\$ 13.000,00	R\$ 13.000,00
11	CONTROLE DE ACESSO	Unidade	3	Suprema	R\$ 15.091,00	R\$ 45.273,00
12	VIDEO MONITOR	Unidade	1	LG	R\$ 1.439,00	R\$ 1.439,00
13	CENTRAL DE MONITORAMENTO DE ALARME	Unidade	1	Intelbrás	R\$ 1.280,00	R\$ 1.280,00
14	SERVIÇO DE TREINAMENTO	Unidade	1	Condados	R\$ 38.631,68	R\$ 38.631,68
15	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE INFRAESTRUTURA PARA CIRCUITO CFTV, CENTRAL DE ALARME, ALIMENTAÇÃO ELÉTRICA E LIGAÇÃO DE DADOS	-	-	-	-	-
15.1	DUTO PERFURADO - ELETROCALHA CHAPA DE AÇO (50X50) mm	Metro	40	Carmehil	R\$ 48,58	R\$ 1.943,20
15.2	TAMPA PARA ELETROCALHA DE 50X50MM ENCAIXE CH22	Metro	5	Carmehil	R\$ 17,10	R\$ 85,50
15.3	MÃO FRANCESA REFORÇADA COM BRAÇO DE 20CM PARA SUPORTE DE ELETROCALHA ELETROCALHA	Unidade	25	Carmehil	R\$ 26,33	R\$ 658,25
15.4	MÃO FRANCESA REFORÇADA COM BRAÇO DE 10CM PARA SUPORTE DE ELETROCALHA ELETROCALHA	Unidade	20	Carmehil	R\$ 24,50	R\$ 490,00
15.5	CURVA HORIZONTAL 90° PARA ELETROCALHA 50X50MM	Unidade	1	Carmehil	R\$ 28,96	R\$ 28,96
15.6	TÊ VERTICAL PARA ELETROCALHA (50X50) MM	Unidade	1	Carmehil	R\$ 38,50	R\$ 38,50
15.7	SAÍDA VERTICAL DE ELETROCALHA PARA ELETRODUTO 1"	Unidade	10	Carmehil	R\$ 12,80	R\$ 128,00
15.8	SAÍDA HORIZONTAL DE ELETRODUTO 1" P/ ELETROCALHA	Unidade	10	Carmehil	R\$ 12,20	R\$ 122,00
15.9	ELETRODUTO DE AÇO GALVANIZADO ELETROLÍTICO DN 25MM (1"), TIPO LEVE - FORNECIMENTO E INSTALACAO	Metro	100	Elecon	R\$ 27,90	R\$ 2.790,00
15.10	CONDUÍTE SEALTUBE D=1", INCLUSIVE CONEXÕES	Metro	25	Kananflex	R\$ 17,55	R\$ 438,75
15.11	BRAÇADEIRA TIPO "D", METÁLICA ATE 1"	Unidade	100	Wetzel	R\$ 2,50	R\$ 250,00
15.12	CONDULETE 1" EM LIGA DE ALUMÍNIO FUNDIDO TIPO C - E - LL - LR - T - X - FORNECIMENTO E INSTALACAO	Unidade	32	Wetzel	R\$ 18,90	R\$ 604,80
15.13	CABO LÓGICO 4 PARES, CATEGORIA 6 - UTP	Metro	370	Furukawa	R\$ 4,16	R\$ 1.539,20
15.14	CONECTOR RJ 45 MACHO	Unid	60	Furukawa	R\$ 5,66	R\$ 339,60
15.15	CERTIFICAÇÃO DE PONTO DE REDE ESTRUTURADA	PT	20	Comdados	R\$ 35,00	R\$ 700,00
15.16	CABO TELEFÔNICO CCI - 4	Metro	175	Furukawa	R\$ 2,58	R\$ 451,50
15.17	ELETRODUTO DE AÇO GALVANIZADO ELETROLÍTICO DN 25MM (1"), TIPO LEVE - FORNECIMENTO E INSTALACAO	Metro	15	Elecon	R\$ 27,20	R\$ 408,00
15.18	CONDULETE 1" EM LIGA DE ALUMÍNIO FUNDIDO TIPO	Unidade	10	Elecon	R\$ 23,34	R\$ 233,40



ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

	C - E - LL - LR - T - X - FORNECIMENTO E INSTALACAO					
15.19	ELETRODUTO DE ACO GALVANIZADO ELETROLITICO DN 25MM (1"), TIPO LEVE - FORNECIMENTO E INSTALACAO	Metro	12	Elecon	R\$ 23,65	R\$ 283,80
15.20	CONDULETE 1" EM LIGA DE ALUMÍNIO FUNDIDO TIPO C - E - LL - LR - T - X - FORNECIMENTO E INSTALACAO	Unidade	3	Elecon	R\$ 19,80	R\$ 59,40
15.21	CONDUÍTE SEALTUBE D=1", INCLUSIVE CONEXÕES	Metro	2	Elecon	R\$ 17,55	R\$ 35,10
15.22	CABO LÓGICO 4 PARES, CATEGORIA 6 - UTP	Metro	100	Furukawa	R\$ 3,20	R\$ 320,00
15.23	CABO DE COBRE ISOLAMENTO TERMOPLASTICO 0,6/1KV 2,5MM2 ANTI-CHAMA - FORNECIMENTO E INSTALACAO	Metro	30	General Cable	R\$ 2,60	R\$ 78,00
15.24	CABO DE COBRE ISOLAMENTO TERMOPLASTICO 0,6/1KV 4MM2 ANTI-CHAMA - FORNECIMENTO E INSTALACAO	Metro	330	General Cable	R\$ 2,90	R\$ 957,00
15.25	DISJUNTOR MONOPOLAR EM QUADRO DE DISTRIBUIÇÃO 25A	Unidade	2	Siemens	R\$ 18,80	R\$ 37,60
15.26	CONDULETE 1" EM LIGA DE ALUMÍNIO FUNDIDO TIPO "C" - FORNECIMENTO E INSTALACAO	Unidade	2	Elecon	R\$ 18,00	R\$ 36,00
15.27	MÓDULO TOMADA 2P+T P/ MONTAGEM EM CAIXA	Unidade	2	Pial	R\$ 16,30	R\$ 32,60
15.28	PLUG MACHO 2P+T 20A	Unidade	4	Pial	R\$ 18,38	R\$ 73,52
TOTAL					R\$ 169.500,00	

(Handwritten signatures and initials)

